

3.

O conceito de ceticismo

3.1.

Panorama histórico-conceitual do ceticismo

A história da filosofia é, de certa forma, feita pelas modificações introduzidas pelos filósofos, no sentido dos termos do senso comum e dos conceitos que outros filósofos utilizaram. Tal processo pode ser profundo o suficiente para que o sentido de um termo, quando enunciado pela primeira vez num contexto filosófico específico, possa mesmo se tornar algo muito diverso na obra de um pensador posterior. Contudo, assim como o filósofo se apodera de termos do senso comum e os reveste de uma nova roupagem teórica, da mesma forma, agentes de fora da filosofia transformam conceitos filosóficos, por vezes empobrecendo-os e destituindo-os de qualquer profundidade teórica.

Um dos mais importantes exemplos desse processo histórico de transformação dos termos é o “cético”. Numa rápida observação do uso corrente do termo “cético” na atualidade, facilmente se constatará que ele se tornou quase um sinônimo de “cientificista”. Basicamente, hoje o cético é aquele que duvida de tudo aquilo que não pode, ou que não pode ainda, ser provado por meios científicos. A concepção do “cético” médio acerca da natureza da “prova” ou mesmo da “ciência”, no entanto, é frequentemente vaga e simplista, evidenciando sua origem meramente escolar.

Evidentemente, há aqueles “céticos” contemporâneos que têm um nível intelectual mais elevado e que possuem mesmo alguma formação científica. Todavia, mesmo esses “céticos” muitas vezes ignoram (nos dois sentidos desse termo) os problemas lógicos, metodológicos e epistemológicos das teorias científicas e propugnam a superioridade cognitiva das ciências frente a qualquer outro gênero de conhecimento. Com uma retórica ambígua que, deliberadamente ou não, muda de acordo com a audiência, esse “cético” assume humildemente a falibilidade e os limites do conhecimento científico ao mesmo tempo em que hostiliza e faz campanha contra qualquer pretensão cognitiva que não se apóie em fatos experimentais.

Munido do armamento retórico fornecido pelo sucesso preditivo, o “cético científico”, como prefere ser chamado, move uma guerra midiática incessante contra criacionistas, teístas, paranormais, médiuns, astrólogos, ufólogos, esotéricos, místicos e bruxos em geral na defesa do que ele denomina Lógica e Razão.¹ Na maioria dos casos o “cético” contemporâneo é ateu, materialista e descrente da existência de qualquer força sobrenatural, ou, em termos mais precisos, da existência de qualquer coisa que não possa ser provada por meio de experimentos científicos. Seu ceticismo se torna então uma causa, uma ideologia a ser defendida por meio de ativismo político e propaganda não somente como um modo de vida possível e consistente, mas como a forma de vida racional *par excellence*.²

Certamente pouco se poderia ainda reconhecer do ceticismo antigo nesses novos “céticos” que fazem profissão de fé na ciência moderna e em seus métodos a ponto de excluir tudo aquilo que não pode ser determinado por eles. E são justamente a confiança num método particular de conhecimento e a completa rejeição da existência de poderes sobrenaturais as duas mais curiosas modificações impostas por esses novos movimentos ao conceito de ceticismo. Seria difícil conceber que o helenístico Pirro de Élis, pai do ceticismo antigo, pudesse de alguma forma concordar com essas duas afirmações dogmáticas.

Embora não esteja entre os objetivos deste capítulo esclarecer como uma mudança dessa natureza e profundidade pôde se dar no transcurso da história das ideias, um breve estudo histórico sobre o ceticismo se impõe para a tarefa de determinação de seu conceito adequado. Antes do início desse estudo, cumpre notar

¹ Não é preciso uma pesquisa profunda para se conhecer esses novos “céticos”. Basta uma pequena busca na internet para se constatar sua força e sua combatividade. O maior exemplo dessa tendência é o *Skeptical Inquirer*, revista ligada ao CSICOP - *Committee for the Scientific Investigation of Claims of the Paranormal*, organização privada que tem em seus quadros figuras conhecidas como Martin Gardner (falecido recentemente) e James Randi, que se popularizou por seus desafios milionários a supostos paranormais. O CSICOP mantém um site no seguinte endereço: <http://www.csicop.org/>. O mais conhecido grupo “cético” brasileiro foi o STR – *Sociedade da Terra Redonda*, que mantinha um site, hoje desativado, nos moldes da CSICOP.

² Recentemente, na Espanha, ateus e “céticos”, com apoio do biólogo queniano e ativista ateu Richard Dawkins, lançaram uma linha de ônibus reservada para descrentes e que trazia na lataria dos veículos mensagens como “Deus muito provavelmente não existe. Aproveite sua vida!”. Na mesma linha de ativismo político está o movimento ateu BRIGHTS, que tem entre seus mais conhecidos membros o filósofo Daniel Dennett, o biólogo Richard Dawkins e o neurocientista Stephen Pinker. O movimento tem como objetivo difundir uma visão de mundo “naturalista”, livre de seres sobrenaturais e elementos místicos e que tem sua ética baseada em princípios igualmente naturalistas. O BRIGHTS também mantém um site: <http://www.the-brights.net/>.

que, como foi exposto no final do capítulo anterior, os autores que assinalam o potencial cético do problema de Gettier, salvo Robert Fogelin, não formulam qualquer definição explícita acerca da natureza do ceticismo. Dessa forma, o esclarecimento da questão sobre as possíveis consequências céticas dos casos-Gettier, depende em grande parte do conceito de ceticismo que se tenha. O trabalho a ser realizado aqui tem por objetivo justamente definir e apresentar o conceito que será utilizado no capítulo seguinte para a solução da questão central.

3.2.

O ceticismo antigo

Inicialmente, é necessário ter em mente que, na maioria das vezes em que aparece em polêmicas teóricas ao longo da história da filosofia moderna, o cético não possui uma voz própria. Ele tem a voz de seu adversário e é, sob todos os aspectos, um ilustre desconhecido. Em geral, ele é um inimigo sem nome e sem rosto que, no entanto, deve ser derrotado antes que se possa dar por finda uma investigação filosófica qualquer. O cético, nesses casos, faz as vezes do opositor anônimo que simplesmente reage contra as teses defendidas pelo autor e que não as contrapõe a partir de afirmações ou teses próprias. Ele nem mesmo preserva os traços distintivos do ceticismo antigo, seja acadêmico ou pirrônico.

Ao contrário do que acontece na filosofia moderna, na antiguidade o cético não era uma criação quase retórica na composição dos tratados filosóficos, mas um adversário real e bem munido argumentativamente. Como assevera Richard Popkin, é no pensamento antigo grego que se inicia o ceticismo como uma concepção filosófica e não somente, da forma que popularmente hoje se dá, como dúvidas sobre o conteúdo de afirmações religiosas tradicionais. Mas já no período antigo se configura uma importante distinção entre “escolas” no ceticismo. Popkin esclarece assim essa distinção:

No período do helenismo as várias observações e atitudes de filósofos gregos de períodos anteriores forma desenvolvidas, formando um conjunto de argumentos, estabelecendo que (1) nenhuma forma de conhecimento é possível; ou que (2) não há evidência adequada para determinar se alguma forma de conhecimento é ou não possível e que, portanto, devemos

suspender o juízo acerca de todas as questões relativas ao conhecimento. A primeira concepção denomina-se ceticismo acadêmico, a segunda, ceticismo pirrônico.³

O ceticismo acadêmico floresceu no terceiro século A.C. sob a direção dos escolarcas Arcesilau e Carnéades. Nascido na Ásia Menor, Arcesilau (315-241 A.C.) estudou matemática e em Atenas foi discípulo de Teofrasto, sucessor de Aristóteles no Liceu. Transferiu-se posteriormente para a Academia e no ano de 270 A.C. foi eleito o novo chefe da escola platônica. Sob sua liderança a Academia passa a adotar uma postura mais crítica com relação à herança filosófica de Platão e, inspirando-se sobretudo em diálogos aporéticos como o *Teeteto* e o *Parmenides*, passa a defender uma prática dialética livre de dogmas inspirada na sentença de Sócrates “Só sei que nada sei”.

Carnéades de Cirene (213 -129 A.C.) foi discípulo do estóico Crisipo e inaugurou o que depois se convencionou denominar a “Nova Academia”. Com ele a escola platônica aprofunda ainda mais o caminho cético, chegando a afirmar que não se pode ter certeza de nada, pois tanto os sentidos quanto o raciocínio, únicas fontes do conhecimento, são falhos e sempre passíveis de erro. Ora, se o que se pensa conhecer pode estar errado, então não se tem conhecimento e sim uma opinião. O máximo que pode o homem honesto alcançar em seus empreendimentos cognitivos é um caráter provável para suas afirmações.

Roderick Chisholm resume a posição de Carnéades segundo três pontos: (1) o caráter provável de uma percepção, (2) a aceitabilidade de proposições não-contraditórias e concorrentes e (3) a verificação dessas proposições. O primeiro ponto é assim definido:

(1). Podemos enunciar a primeira tese de Carnéades dizendo: Se um homem tem uma percepção de alguma coisa com certa propriedade F, então, para ele, a proposição de que há alguma coisa com essa propriedade F é aceitável.⁴ Se tiver uma percepção de que alguma coisa é um gato, por exemplo, então para ele, a proposição de que há um gato é aceitável.⁵

³ POPKIN, 2000, p.13

⁴ No texto original de Sextus Empiricus, o termo usado em grego é *pythanon*, que é traduzido para o inglês na edição da *Loeb Classical Library* como “probable” (“provável” em português). Devido à ideia moderna de cálculo de probabilidades associada frequentemente a “provável”, que não corresponde ao sentido original dado por Carnéades à essa palavra, Chisholm prefere usar o termo “aceitável”.

⁵ CHISHOLM, 1974, p. 62

Um homem que vê algo que lhe parece um gato imediatamente forma a crença de que está diante de um gato. Ninguém o condenaria por isso. Mas os sentidos enganam e assumindo-se que ele tenha se enganado, que o que lhe pareceu distintamente ser um gato era na verdade outra coisa qualquer, então é necessário um critério para distinguir percepções verdadeiras das percepções falsas. O problema reside, segundo Carnéades, em que a experiência que o homem tem ao ver o gato não é em nada distinguível daquela em que ele veria um gato de verdade. Por isso, não se pode dizer que essa experiência sensível da visão de um gato possa ser considerada uma evidência imediata e segura.

Por outro lado, é evidente que o homem teve uma experiência de algo que parece ser um gato. Isso lhe concede o direito somente de considerar que é provável ou aceitável, como coloca Chisholm, que ele tenha visto de fato um gato. A certeza, não obstante, está fora de questão uma vez que a experiência sensível pode sempre levar ao erro. A partir desse gênero de experiências prováveis, Carnéades aponta para uma subclasse descrita por Chisholm no ponto (2):

(2). Algumas das nossas percepções concorrem e reforçam-se mutuamente, “conjugando-se como elos de uma corrente”. Essas percepções são por ele descritas como “não-contraditórias e concorrentes”; cada uma delas atesta o mesmo fato e nenhuma delas suscita dúvidas sobre qualquer das restantes.⁶

Quando alguém encontra um homem e o identifica como sendo Sócrates, sua base para essa identificação é uma série de características que aquele homem tem e que são as mesmas de Sócrates. Tudo isso permite que se diga que é provável que o homem que aqui está é Sócrates. Novamente deve-se apontar para o fato de que, apesar de toda a evidência favorável, ainda não se pode afirmar com certeza a identidade daquele homem, pois os sentidos podem enganar.

O terceiro ponto diz respeito também a uma subclasse, dessa vez proveniente das percepções “concorrentes e não-contraditórias”. Chisholm explica:

⁶ CHISHOLM, 1974, p.63

(3). Finalmente, da classe das percepções “não-contraditórias e concorrentes” que acabamos de descrever, Carnéades destaca ainda outro subgrupo – aquelas percepções que têm a virtude adicional de estar “meticulosamente examinadas e comprovadas”. Na “comprovação” de uma percepção, “examinamos meticulosamente” as condições em que ela ocorreu. Examinamos as condições de observação – os meios intermediários, os nossos órgãos sensórios e o nosso estado de espírito.⁷

Carnéades defende aqui um exame das disposições corporais, da saúde dos órgãos e da eficiência das faculdades, bem como da configuração do ambiente em que se dá a experiência para que se determine a confiabilidade de uma percepção. Tal avaliação é necessária para evitar que disposições inadequadas das faculdades ou do ambiente interfiram no processo do conhecimento e conduzam ao erro. Doenças, debilidades e distúrbios orgânicos podem interferir no bom funcionamento do aparelho cognitivo e situações ambientais incomuns podem limitar e até mesmo impedir uma apreensão correta do que aparece. Se as condições são ideais ou proximoamente ideais, então a percepção é aceitável.

Todo esse conjunto de restrições exemplificado nos três pontos acima explanados não garante, contudo, a verdade de nenhuma experiência. Como lembra Chisholm, “uma proposição pode passar nesses testes e apesar disso, ser falsa”⁸. Do ponto de vista de Carnéades, pode-se alcançar no conhecimento uma segurança meramente provável, mas nunca uma certeza inabalável. Jamais há certeza porque não há critério absoluto para julgar as experiências que, quando falsas, aparecem justamente como pareceriam se fossem verdadeiras.

A negação do conhecimento certo e infalível empreendida pelo ceticismo acadêmico encontrou resistência não somente entre as escolas filosóficas dogmáticas, mas também, como visto anteriormente, entre os cétricos pirrônicos. Estes acusavam os acadêmicos de dogmatismo negativo, pois, se os estóicos eram dogmáticos porque afirmavam a possibilidade de um conhecimento certo e indubitável da natureza última das coisas, os acadêmicos eram igualmente dogmáticos porque negavam peremptoriamente a possibilidade de tal gênero de conhecimento.

⁷ CHISHOLM, 1974, p.64

⁸ IDEM, 1974, p. 65

Dissidente da Academia, Enesidemo, inspirado pela figura de Pirro de Élis, buscou formular um gênero de ceticismo que estivesse a meio caminho do dogmatismo afirmativo dos estóicos e de outras escolas e do dogmatismo negativo do ceticismo acadêmico. Ao invés de negar ou afirmar a possibilidade do conhecimento, o cético pirrônico suspendia o juízo acerca de toda “questão em relação à qual houvesse evidências em conflito, incluindo a questão sobre se podemos ou não conhecer algo”⁹.

Sobre as ideias de Pirro de Élis (360 – 275 B.C.) pouco se sabe, pois não deixou qualquer escrito. Sabe-se, porém, com certa segurança, que esteve na Índia e isso leva a conjecturas acerca da influência de certas crenças indianas ortodoxas e heterodoxas¹⁰ no pensamento de Pirro. Essa influência talvez seja confirmada pelo fato de Pirro ter sido considerado, como R. G. Bury mostra na introdução às obras completas de Sextus Empiricus, mais um moralista austero e ascético do que exatamente um teórico.¹¹ Seja como for, Pirro inspirou Enesidemo por sua postura de suspensão do juízo acerca de todos os assuntos.

Enesidemo, nascido provavelmente em Creta, fez seus estudos em Alexandria e posteriormente juntou-se à Academia. Abandonou a escola platônica denunciando o que entendia ser o dogmatismo negativo de Arcesilau e Carnéades. e formulou uma série de dez argumentos chamados “tropos” ou “modos” em que tenta mostrar a incapacidade dos sentidos de descobrir a natureza das coisas que percebe. Além desses argumentos, outros oito “tropos” sobre a causalidade foram formulados pelo pensador cretense, nos quais mostra as falácias envolvidas nas diversas doutrinas sobre a causalidade. Segundo o compilador Sextus Empiricus, os dez tropos de Enesidemo são os seguintes:

⁹ POPKIN, 2000, p.15

¹⁰ Everard Flintoff, num artigo na *Phronesis* do ano de 1980 intitulado *Pyrrho and India*, aponta semelhanças interessantes entre as atitudes de Pirro e aquelas preconizadas por escolas Jainistas, Budistas e Yoguias. Na Índia, as doutrinas ortodoxas são aquelas que aceitam a autoridade da *Sruti*, conjunto de livros sagrados de origem ariana composto basicamente pelos Vedas, Upanisads, Puranas e alguns outros livros. As doutrinas heterodoxas não aceitam tal autoridade e têm sua própria *Sruti*. Entre as escolas heterodoxas, predominantemente de origem dravidiana, estão o Jainismo, o Shankhya, a Yoga e o Budismo. É certo, porém, que, a despeito das semelhanças, a renúncia ao discurso ou mesmo a tranquilidade frente às opiniões e adversidades que fazem parte da doutrina dessas escolas indianas têm relação direta com a concepção que opõe, com mais ou menos ênfase, o mundo manifestado (psíquico ou externo) a uma realidade *per se* imanifestada e destituída de atributos determinantes (verdadeira natureza e meta de todo ser) e não com o simples resultado de uma operação argumentativa que resulta numa indecisão entre teses opostas.

¹¹ BURY, 1967, p. xxx

A tradição usual entre os antigos Céticos é que os “modos” pelos quais a “suspensão” é produzida são em número de dez; (...) O primeiro, baseado na variedade dos animais; o segundo nas diferenças entre seres humanos; o terceiro, nas diferenças entre os órgãos dos sentidos; o quarto, nas condições circunstanciais; o quinto, sobre posições, intervalos e locações; o sexto, nas misturas; o sétimo, sobre as quantidades e formações dos objetos subjacentes; o oitavo, sobre o fato da relatividade; o nono, sobre a frequência ou raridade de uma ocorrência; o décimo, sobre as disciplinas, costumes e lendas, as crenças lendárias e as convicções dogmáticas.¹²

Os argumentos de Enesidemo aqui expostos têm como característica geral apontar diferenças entre fontes de conhecimento ou conflito entre as faculdades ou crenças a fim de evidenciar o pretenso caráter indecidível desses impasses e assim levar à suspensão do juízo com relação a tais problemas. Se os animais percebem as coisas de forma diferente dos humanos, se entre os homens há diferenças de percepção e os próprios órgãos dos sentidos são diversos, se as condições externas, a posição e as disposições internas influenciam nas percepções, se os objetos aparecem sempre juntos a outros objetos, são relativos uns aos outros e aparecem segundo frequências diversas, e se, por fim, as regras de conduta, as leis e as crenças conflitam entre si, então não há critérios para se decidir sobre a natureza última das coisas.

Além desses argumentos, outros oito “tropos” sobre a causalidade foram formulados pelo pensador cretense, nos quais mostra as falácias envolvidas nas diversas doutrinas sobre a causalidade. Os argumentos, compilados por Sextus Empiricus, são os que se seguem:

O primeiro é aquele que mostra que, desde que a etiologia¹³ como um todo lida com o não-aparente, ela é não é confirmada por nenhuma evidência derivada das aparências. O segundo modo mostra o quão frequentemente, quando há um amplo escopo para atribuir ao objeto de investigação uma variedade de causas, eles¹⁴ atribuem-lhe somente uma. O terceiro mostra como, com o fim de ordenar os eventos, eles atribuem causas as quais não exibem

¹² SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p.25

¹³ Etiologia é o estudo das causas ou ciência das causas.

¹⁴ O pronome “eles” aqui se refere aos filósofos dogmáticos contra os quais Enesidemo lança seus argumentos.

nenhuma ordem. O quarto demonstra como, quando percebem a forma na qual as aparências ocorrem, eles assumem que compreenderam como as coisas não-arentes ocorrem. Embora o não-arente possa se dar de uma forma semelhante às aparências, nada impede que ele não se dê como as aparências, mas de uma forma própria a ele. No quinto modo é mostrado como praticamente todos os teóricos atribuem causas concordantes com suas próprias hipóteses sobre os elementos e não de acordo com métodos geralmente aceitos. No sexto é mostrado como eles frequentemente admitem somente aqueles fatos que possam ser explicados por suas próprias teorias e desprezam aqueles que com elas conflitam ainda que tenham igual probabilidade. O sétimo mostra como eles frequentemente atribuem causas que não somente conflitam com as aparências, mas também com suas hipóteses. O oitavo demonstra como, em situações de dúvida frente às aparências e coisas sob investigação, eles baseiam suas doutrinas sobre coisas dubitáveis em coisas igualmente dubitáveis.¹⁵

Apesar de fornecer esse arsenal argumentativo cético, Enesidemo, segundo Bury, não se furtou a propor teorias sobre o mundo e chegou mesmo a aventar teses físicas que concordavam com as ideias de Heráclito de Éfeso e a defender uma espécie de razão extracorporal e supraindividual que seria o critério da verdade. Como entender essa aparente postura dogmática no contexto do ceticismo professado por Enesidemo ainda é fruto de discussões entre os especialistas. Para alguns, ele nem mesmo era um filósofo cético, mas um pensador eclético que tentou reunir em uma doutrina coerente diversos aspectos e hipóteses de doutrinas anteriores e que foram seus seguidores que enfatizaram a faceta cética de seu pensamento¹⁶

Ao final de sua apresentação dos oito modos de Enesidemo, Sextus afirma que “possivelmente os cinco modos serão suficientes contra as etiologias”¹⁷. Embora não se possa afirmar que se trate exatamente de um menosprezo com respeito à força dos argumentos do cético de Creta, o tom usado parece indicar que ele considerava que havia no arsenal cético argumentos tão eficientes quanto os dados por Enesidemo, mas que eram consideravelmente mais concisos e econômicos. Esses argumentos eram os cinco modos ou “tropos” cuja autoria foi atribuída a um certo Agripa que teria vivido mais ou menos um século após a morte de Enesidemo.

¹⁵ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p. 105

¹⁶ IDEM, 1967, p. XLI

¹⁷ IBIDEM, 1967, p.105

Os cinco tropos de Agripa destinam-se a mostrar que nenhuma argumentação pode estabelecer uma conclusão indubitável sobre qualquer matéria sob investigação e que, por esse motivo, deve-se suspender o juízo a respeito das mesmas. Os modos são geralmente atribuídos a Agripa, mas o compilador Sextus Empiricus não menciona qualquer autor determinado para esses argumentos, limitando-se a afirmar que eles eram usados pelos “céticos tardios”, como se verifica no trecho abaixo transcrito:

Os céticos tardios lançaram mão de Cinco Modos conducentes à suspensão que são nomeadamente estes: o primeiro baseado na discrepância, o segundo no regresso *ad infinitum*, o terceiro sobre relatividade, o quarto sobre hipóteses e o quinto sobre raciocínio circular. Aquele baseado na discrepância leva-nos a achar que, com relação ao objeto apresentado, nasce, seja entre os homens comuns ou entre os filósofos, um interminável conflito devido ao qual nós somos incapazes seja de aceitar um lado ou rejeitá-lo e assim caímos em suspensão. O Modo baseado sobre o regresso *ad infinitum* é aquele por meio do qual dizemos que aquilo que é aduzido como uma prova de uma a matéria proposta necessita de uma prova ulterior e esta necessita de outra e assim por diante *ad infinitum*, tal que o resultado é a suspensão, uma vez que não possuímos nenhum ponto de partida para nosso argumento. O Modo baseado sobre a relatividade, como nós já tratamos¹⁸, é aquele segundo o qual o objeto tem tais e tais aparências com relação ao sujeito que julga e aos perceptos concomitantes, mas sobre sua real natureza suspendemos o juízo. Nós temos o Modo sobre as hipóteses quando os dogmáticos, forçados a recuar *ad infinitum*, tomam como seus pontos de partida algo ao qual eles não estabelecem por argumento, mas o assumem como certo simplesmente e sem demonstração. O Modo sobre raciocínio circular é a forma usada quando a prova que deve estabelecer a matéria sob investigação requer confirmação derivada dessa própria matéria; nesse caso, sendo incapazes de assumir uma para estabelecer a outra, nós suspendemos o juízo sobre ambas.¹⁹

Eminentemente de cunho lógico, esses tropos têm em comum a característica de minar qualquer tentativa de se fundar sobre bases indubitáveis uma argumentação ou uma demonstração sobre qualquer objeto de estudo. Como afirma o primeiro Modo, para toda a matéria sob investigação sempre existem pelo menos duas posições opostas (*diaphonia*) com razões equipolentes (*isosthenia*) e que causam no

¹⁸ Sextus refere-se basicamente aos Tropos de Enesidemo.

¹⁹ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p. 95

investigador honesto, incapaz de decidir entre qualquer uma das opções, um estado de espírito que o leva à suspensão do juízo (*epoché*).

E se o investigador tentar fazer com que uma opinião repouse sobre uma premissa certa e indubitável, ele logo perceberá que esta suposta premissa indubitável deverá ser assumida por argumento ou por hipótese.²⁰ Se for assumida por argumento ela deverá ser justificada por meio de uma premissa anterior²¹ da qual a primeira pode ser logicamente deduzida e a nova premissa deve, por sua vez também ser justificada por outra premissa da qual possa ser derivada e esta por outra e assim sucessivamente *ad infinitum*.

A fim de evitar esse regresso ao infinito, o investigador pode assumir como verdadeira a premissa que serve de base para seu argumento e interromper a indesejada cadeia de regressão das premissas. Para isso, contudo, ele deverá afirmar a sua verdade sem recurso a argumento, ou seja, sem demonstração. Se assim o fizer, terá caído no terceiro Modo e sua afirmação não será mais do que um dogma imposto, uma vez que nenhuma razão foi fornecida em seu apoio. Tomar a hipótese apenas como uma conjectura e então tentar confirmá-la por seus resultados seria não compreender o objetivo dos desses tropos de Agripa que é precipuamente demonstrar a impossibilidade de um conhecimento certo e infalível da natureza das coisas. A força desses argumentos está intrinsecamente ligada à concepção de um conhecimento verdadeiro a partir de premissas indubitáveis e não a um esquema hipotético-dedutivo.²²

O investigador pode ainda querer basear suas teses sobre o testemunho dos sentidos, mas nesse caso ele terá que decidir qual desses dados dos sentidos é fidedigno, pois estes parecem variar de acordo com a configuração do ambiente, com a constituição dos homens, dos povos e diferem até mesmo entre homens e animais. O caminho para uma fundamentação certa é dessa vez obstaculizado pelos argumentos apresentados nos dez Modos de Enesidemo, agora incluídos no corpo dos tropos de Agripa.

²⁰ O termo hipótese (*hypothesis*) é aqui tomado não no sentido moderno de conjectura, da qual se derivam consequências e predições testáveis por experimento. O sentido, no texto, está mais próximo de *axioma*, um fundamento de caráter evidente e indubitável do qual se pode demonstrar que a tese a ser provada é logicamente deduzida.

²¹ Logicamente anterior e não temporalmente anterior.

²² O exemplo mais evidente de um conhecimento hipotético-dedutivo nos dias atuais é o falseabilismo empírico proposto por Karl Popper.

A última alternativa do investigador é buscar a justificação de sua tese não em uma afirmação dogmática de uma premissa e nem em um regresso infinito, mas num argumento que receba sua força de uma premissa cuja validade seja garantida por uma cadeia inferencial longa o suficiente para que o primeiro termo seja invocado de novo, desta vez ao final da cadeia, como garantia de todo o resto. Ora, isso nada mais é do que um raciocínio circular e sua validade não é em geral reconhecida nem pelos ditos “dogmáticos”. Aristóteles, por exemplo, condena expressamente esse estilo de argumentação nos *Analíticos Posteriores*²³ e o autor dos tropos, Agripa ou não, parece concordar com a condenação dogmática.

O raciocínio circular afiança a segurança de um argumento por meio da afirmação de uma premissa que, ao final de uma cadeia, será de novo afirmada para garantir a cadeia, o que não é diferente de se assumir dogmaticamente a verdade da premissa e assim não provar absolutamente nada. Como demonstra Aristóteles, quando se afirma a seguinte cadeia de condicionais “se A, então B; se B, então C”, afirma-se como conclusão que “se A, então C”. No caso de um raciocínio circular, C é substituído por A, o que resulta em “se A, então B; se B, então A”. A necessidade lógica obriga a afirmar que se no primeiro caso a conclusão seria “se A, então C”, o mesmo deve se dar no raciocínio circular. Como C foi substituído por A, a conclusão não pode ser outra que não “se A, então A”. Isso é o mesmo que afirmar a tautologia “A é A”, o que efetivamente é inútil para propósitos de prova.²⁴

O resultado do empreendimento do investigador honesto para justificar sua tese ou basear seu argumento em premissas seguras, sempre obstaculizado a cada passo dado por algum dos argumentos de Agripa, é a inevitável suspensão do juízo. A relatividade dos sentidos, a discordância acerca de todo e qualquer assunto, a impossibilidade de fundar um argumento numa regressão infinita, numa imposição dogmática ou numa circularidade tornam impossível afirmar qualquer conhecimento certo e infalível e conduzem ao caráter suspensivo do ceticismo. Entretanto, como já visto anteriormente, há diferenças importantes entre as pretensões do ceticismo pirrônico e aquelas do ceticismo acadêmico e é sobre elas que se concentra a obra de Sextus Empiricus.

²³ ARISTÓTELES, 1952, p.99

²⁴ ARISTÓTELES, 1952, p.99. É importante notar que a relação que governa a cadeia de condicionais usada por Aristóteles como exemplo é transitiva.

Nascido na Grécia durante o segundo século da era cristã e tendo aparentemente estudado em Atenas e Alexandria, o médico Sextus chamado Empiricus (os empíricos eram uma escola de medicina) foi o principal divulgador do ceticismo no mundo antigo romano. Sua obra nada tem de original, sendo basicamente Sextus um compilador das ideias dos céticos que o antecederam. A importância de seus escritos reside justamente no fato de reunirem de forma sistemática os argumentos tradicionais do ceticismo contra as pretensões gnosiológicas dos filósofos dogmáticos.

Somente três de suas obras sobreviveram ao tempo e chegaram até os dias de hoje: *Hipotiposes Pirrônicas*, composto de três livros; *Contra os Dogmáticos*, composto por cinco livros dos quais dois se intitulam *Contra os Lógicos*, dois outros com o título *Contra os Físicos* e um chamado *Contra os Éticos*; e o último, *Contra os Professores*, dividido em seis partes, é dedicado a atacar os gramáticos, retóricos, geômetras, matemáticos, astrólogos e músicos. Outros dois livros, chamados *Sobre a Alma* e *Notas sobre a Medicina*, são habitualmente atribuídos a Sextus, mas se perderam na antiguidade.²⁵

O esquecimento também foi o destino do livro mais importante de Sextus, o *Hipotiposes Pirrônicas* durante o período que vai do fim da Idade Antiga, passando por toda a Idade Média até o século XVI, quando foi redescoberto e republicado. Cumpre notar que o próprio médico cético grego é uma das poucas fontes, por vezes a única, para o conhecimento da filosofia de muitos pensadores, correntes e escolas da antiguidade cujos escritos se perderam. Entretanto, segundo Bury, Sextus não foi muito mais do que um compilador e, mesmo nessa função, apesar da forma extensa com a qual descreve os argumentos dos diversos filósofos sob questão, suas informações nem sempre são confiáveis.²⁶

O livro *Hipotiposes Pirrônicas* é um grande sumário do ceticismo antigo e tem como objetivo revelar as características do modo de vida cético pirrônico, defendendo-o polemicamente das críticas lançadas por outras escolas filosóficas ditas dogmáticas, bem como desvincular o pirronismo do dogmatismo negativo da escola cética acadêmica representada pelas doutrinas de Arcesilau e Carnéades. Para Sextus,

²⁵ BURY in SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p. XLI

²⁶ IDEM, 1967, p. XLII

esse modo de vida cético tem como fim último a *ataraxia* (imperturbabilidade) cujo caráter é não epistemológico, mas eminentemente ético.

Logo no início do *Hipotiposes Pirrônicas*, Sextus Empiricus afirma existirem basicamente três tipos de filosofia, as quais representam três atitudes frente aos resultados possíveis de uma pesquisa filosófica. Ao fim de uma investigação, pode-se afirmar a obtenção de uma verdade, ou a inapreensibilidade da mesma ou ainda continuar buscando a resposta. O primeiro caso, segundo Sextus, é o dos dogmáticos como Aristóteles, Epicuro e os estóicos que pretendem haver alcançado a verdade sobre os seus objetos de investigação. O segundo é o caso de Arcesilau e Carnéades da Academia platônica que negavam qualquer possibilidade de conhecimento certo da natureza última das coisas.²⁷

Os céticos representam o terceiro caso, pois nada afirmam ou negam, apenas seguem buscando e investigando. Sextus é cuidadoso o suficiente para enfatizar que qualquer argumento ou afirmação que fará dali por diante em seu livro deverá ser tomado não como uma postulação de que as coisas realmente se dão como é dito, mas que ele estará somente relatando cada fato como lhe aparece naquele momento, à maneira de um cronista.²⁸ Cumpre notar que, já nas primeiras páginas de sua obra mais importante, o médico grego fornece ao leitor uma das chaves-mestras da interpretação do ceticismo pirrônico: o cético não nega ou afirma, somente se atém ao que lhe aparece no momento e segue buscando.

Logo em seguida, no capítulo IV, Sextus Empiricus define o que é o ceticismo nos seguintes termos:

Ceticismo é a habilidade, ou atitude mental, a qual opõe aparências a julgamentos sob qualquer forma, com o resultado que, devido à equipolência dos objetos e das razões assim opostas, nós somos levados primeiramente a um estado de suspensão mental e depois a um estado de “imperturbabilidade” ou quietude.²⁹

O cético é aquele que tem a habilidade ou atitude mental de opor as “aparências” ou evidências dos sentidos aos julgamentos do pensamento em todas as formas possíveis e que, por esse meio, por causa da equipolência das razões

²⁷ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p. 3

²⁸ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p. 5

²⁹ IDEM, 1967, p. 7

apresentadas, ou seja, da igual probabilidade das posições opostas, é levado à suspensão do juízo acerca da matéria estudada e assim alcança um estado mental de tranquilidade e imperturbabilidade. Sextus chega a asseverar que a causa que origina o ceticismo é a esperança de alcançar essa imperturbabilidade, pois homens de talento perturbados pelas contradições e pelas posições opostas acerca de todo assunto, buscaram descobrir a verdade sobre as questões e assim chegar à quietude de espírito.³⁰

O método ou princípio básico do ceticismo é opor uma proposição contrária para cada afirmação sobre qualquer objeto de estudo. Os céticos crêem que essa oposição irá conduzir à suspensão do juízo e, conseqüentemente, ao fim do dogmatismo. E o dogmático é aquele filósofo que afirma algo positivamente sobre as coisas, ou como diz Sextus, o dogmático é aquele que dá assentimento a proposições sobre “objetos não-evidentes da investigação científica”³¹. O cético, por sua vez, não dá assentimento a nada não-evidente. Ainda quando o cético usa expressões que possam passar por afirmações ou certezas, como quando enuncia proposições do tipo “nada é verdadeiro”, cuja extensão o fariam entrar em contradição, elas devem ser entendidas não como posicionamentos dogmáticos sobre a natureza real das matérias em questão, mas como expressões de sua impressão não-dogmática acerca dessas coisas.³²

Sextus afirma que se pode até mesmo falar em certa “regra doutrinal” no ceticismo, desde que se entenda por ela não um assentimento a coisas não aparentes, mas um procedimento que, de acordo com as aparências, segue uma determinada linha de raciocínio que indica como se pode aparentemente viver de forma correta e que também tende a conduzir à suspensão do juízo.³³ O cético pode viver segundo uma regra doutrinal que esteja ancorada nas “aparências”, naquilo que se impõe à ele como uma impressão, e não numa afirmação positiva sobre a natureza das coisas. O caráter de passividade do ceticismo pirrônico defendido por Sextus Empiricus se torna mais evidente na caracterização que faz das chamadas “aparências”.

³⁰ IBIDEM, 1967, p. 9

³¹ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p. 11

³² IDEM, 1967, p. 11

³³ IBIDEM, 1967, p.13

Como já dissemos anteriormente, nós não abolimos as afecções das impressões sensíveis as quais induzem nosso assentimento involuntário; e as impressões são “as aparências”. E quando nós questionamos se o objeto é tal como aparece, tomamos como certo que ele aparece e nossa dúvida não se refere à aparência ela mesma, mas à explicação dada para essa aparência – e isso é coisa diversa de questionar a aparência ela mesma. Por exemplo, o mel aparece para nós como doce (e isto nós garantimos, pois nós percebemos doçura através de nossos sentidos), mas se ele é também doce em sua essência é para nós matéria de dúvida, uma vez que isso não é uma aparência, mas um julgamento com relação à aparência.³⁴

As aparências sensíveis engendram um sentimento de irresistível assentimento ao qual o cético não impõe qualquer restrição e formam a base de suas ações e de suas crenças. Que há algo que aparece e que esse algo aparece de tal e tal forma são fatos evidentes e devem ser afirmados sem dúvidas. Se as aparências desse algo correspondem ou não a uma suposta essência ou natureza última da coisa, isso não é evidente e se deve, portanto, suspender o juízo. O cético é passivo diante das aparências que se lhe impõem inexoravelmente, mas é ativo na desconfiança sobre as afirmações acerca da essência dos objetos.

O critério de ação através do qual o cético distinguirá entre os atos que devem ser praticados e os que não devem ser praticados será justamente a aparência. Isso porque esta é sensivelmente percebida e engendra um sentimento e uma afecção involuntária que não está aberta a questionamentos teóricos.³⁵ É esse critério que permite ao cético escapar à inação que pretensamente se seguiria da dúvida acerca de todas as coisas. Se sobre cada objeto ou situação sempre é possível encontrar visões opostas e excludentes que têm o mesmo peso argumentativo, ou seja, que estão numa relação de equipolência que impede a decisão, então o cético se encontraria ameaçado pela impossibilidade de agir segundo algo que não se sabe ser verdadeiro.

Ancorando-se às aparências, o cético pode tomar o curso de ação a que estas o conduzem sem com isso comprometer-se com qualquer teoria ou hipótese defendida pelos filósofos dogmáticos sobre a verdadeira natureza dos fenômenos. O modo de vida cético vai se caracterizar por uma prática de obediência às aparências que é

³⁴ IBIDEM, 1967, p. 15

³⁵ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p.17

composta por quatro pontos principais: a direção da Natureza, a coação das paixões, as tradições das leis e dos costumes, e a instrução nas artes.

A direção da Natureza é aquela pela qual nós somos naturalmente capazes de sensação e pensamento; coação das paixões é aquela por meio da qual a fome nos move para a comida e a sede para a bebida; tradição dos costumes e leis é aquela onde tomamos piedade na conduta da vida como boa, e a impiedade má; instrução das artes é aquela onde não somos inativos nas artes as quais escolhemos. Mas nós fazemos todas essas afirmações de forma não-dogmática.³⁶

O cético se guia na vida por uma atitude não-dogmática e passiva frente à sensação irresistível de assentimento provocada pelas aparências. A sensação e o pensamento são aparentemente naturais ao homem, então o pirrônico se guiará por eles assim como obedecerá às paixões que o determinam a buscar água na sede e comida na fome. Ele também prestará assentimento às leis e costumes da cidade em que nasceu e em que vive, cumprindo os deveres prescritos nas leis e observando os costumes comuns.³⁷ E se o pirrônico exerce uma arte ou profissão qualquer, ele cumprirá as determinações e procedimentos esperados de um praticante daquela arte ou profissão sem, no entanto, questionar ou sancionar qualquer postulado ou implicação teórica que porventura se encontre neles.

Todo o comportamento cético será regido por um assentimento não-dogmático ao que se lhe impõe irresistivelmente pelas aparências, sejam elas as evidências sensíveis, as formas do pensamento, as paixões e necessidades naturais, os costumes e as leis da cidade ou as instruções de sua arte ou profissão. E o objetivo desse modo de vida cético é, como visto acima, alcançar a *ataraxia*, ou seja, a

³⁶ IDEM, 1967, p. 17

³⁷ Uma questão interessante seria indagar se um cético, numa sociedade nazista, se tornaria um nazista e obedeceria a ordens como a de exterminar judeus. É certo que o cético não está proibido de sentir aversão moral frente a algumas ordens, mas se ele encara essa aversão de forma não-dogmática e sabe que, no fundo, para cada objeto sempre há duas teses opostas e equipolentes, então a saída seria a suspensão do juízo e o conseqüente cumprimento da ordem? Parece que, ainda que o cético escolha agir de acordo com a aversão moral que se lhe impõe e se recuse a cumprir a ordem, ele sabe que não há nada que o impeça de tomar o curso oposto. E se, diante da necessidade de aceitar ou rejeitar o nazismo e suas ordens, o cético investigar e chegar à conclusão de que não há argumentos suficientes para adotar qualquer uma das alternativas, então ele será obrigado a suspender o juízo e adotar, embora não-dogmaticamente, as leis e os costumes de seu país. Se a adoção de uma determinada linha de ação não se deve a nada além de um assentimento não-dogmático ao que momentaneamente se impõe àquele que julga, e se a posição oposta é tão “injustificada” quanto a adotada, então a decisão é, a rigor, indiferente.

imperturbabilidade ou quietude “com respeito às matérias de opinião e um sentimento moderado com respeito às coisas inevitáveis.”³⁸ Sextus declara que o cético é aquele que, a fim de alcançar a quietude separando o verdadeiro do falso, põe-se a investigar a verdade sobre as coisas, mas que no entanto, vê-se presa de inúmeras contradições equipolentes. Não tendo como decidir, ele então suspende o juízo. E dessa suspensão se segue a *ataraxia* buscada.³⁹

Ao contrário do homem que afirma serem algumas coisas boas e outras más e que se perturba pela ansiedade de conquistar o que considera bom ou pelo medo de perder o pretensio bem que já alcançou, o cético segue sem afirmar nada dogmaticamente e recebe equanimemente o que o destino lhe impõe e não busca nada avidamente.⁴⁰ O autor do *Hipotiposes Pirrônicas* afirma que o que acontece ao cético é semelhante ao que aconteceu a Apelles, pintor da corte de Alexandre. Segundo a tradição, quando Apelles se esforçava para obter um efeito realista da espuma do cavalo ao qual estava retratando, ele irritou-se com seus reiterados fracassos e lançou sua esponja contra o quadro e, inadvertidamente, a marca da esponja produziu o efeito que suas tentativas anteriores com as tintas não conseguiram.⁴¹

Analogamente, o cético é aquele que buscou a quietude por meio de uma investigação sobre a natureza das coisas, mas sendo incapaz de decidir entre posições opostas equipolentes acerca de todo objeto de investigação, acabou por suspender o juízo. Dessa suspensão seguiu-se a quietude “como por acaso” ou “mesmo como a sombra que segue seu dono”.⁴² O pirrônico evidentemente sofrerá os reveses da vida, as doenças e as tristezas. Entretanto, não afirmando nada sobre a natureza desses eventos, ele não sofrerá duplamente como aquele que além de sofrer as dores, se perturba pela crença de que o que acontece é naturalmente mau.

Como se vê, o cético é passivo não só na aceitação impulsiva da inelutável força das aparências, mas também na própria suspensão do juízo (*epoché*) que se configura em um estado mental que se impõe a ele de uma forma casual, semelhante à casualidade de um efeito desejado produzido não pelos meios ordinários, mas por um golpe de sorte totalmente indeliberado. Sextus parece querer enfatizar aqui o

³⁸ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p.19

³⁹ IDEM, 1967, p. 19

⁴⁰ IBIDEM, 1967, p. 19

⁴¹ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p.21

⁴² IDEM, 1967, p.21

caráter não-dogmático da própria suspensão do juízo mostrando que, em sua origem, ela é governada não pela vontade do pesquisador e nem é o resultado necessário da afirmação de doutrinas negativas como aquelas adotadas pelo ceticismo acadêmico.

A expressão “suspensão do juízo” significa para o cético não mais do que a descrição do estado mental daquele que não é capaz de dizer, após a investigação, o que deve ser acreditado e o que deve ser duvidado. E se essa suspensão se deve à equipolência entre teses opostas sobre um mesmo objeto de estudo, o pirrônico não afirma categoricamente essa mesma equipolência e meramente expõe as coisas da forma em que elas aparecem a ele no momento da investigação.⁴³ O cético é tomado por esse estado de indecisão causado pela aparente equipolência teórica das evidências e argumentos contrários.

De forma análoga, o pirrônico pode dizer que não determina nada, ou seja, não faz afirmações acerca daquilo que não lhe é aparente. E essa recusa a determinar algo significa também uma mera descrição do estado mental daquele que, no momento, se encontra incapaz de afirmar ou negar qualquer matéria que esteja sob investigação. E nisso, novamente, ele não está mais do que enunciando de forma não dogmática como as coisas lhe aparecem. Dito de outra forma, o cético “não está fazendo nenhuma declaração confidente, mas somente explicando seu próprio estado de espírito”.⁴⁴

A mesma interpretação deve ser estendida a todas as expressões utilizadas pelos céticos que tenham um caráter aparentemente dogmático. Assim, quando o pirrônico diz “todas as coisas são indeterminadas” ou “todas as coisas são inapreensíveis”, ele não está afirmando peremptoriamente uma suposta incapacidade real e última das coisas serem determinadas ou apreendidas. Nesses casos, o cético afirma que após investigar todas as coisas não-arentes que o dogmático apresenta, ele chegou a um estado tal que se sente incapaz de afirmar algo sobre essas matérias. E esse estado é momentâneo, ou seja, se refere ao tempo presente da investigação. Até o momento, o cético não encontra motivos para mudar de ideia e, por enquanto, vai manter-se no estado de suspensão do juízo causado pela aparente equipolência das teses opostas.⁴⁵

⁴³ IBIDEM, 1967, p.115

⁴⁴ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p.117

⁴⁵ IDEM, 1967, p. 117 -119

Todos os adversários dogmáticos do ceticismo pirrônico partilham da mesma pretensão de afirmar conhecimento certo da natureza última das coisas. Desse modo, segundo Sextus, ainda que certas escolas dogmáticas ou sofistas pareçam compartilhar certas teses com os pirrônicos, é preciso ter em mente que estes não afirmam nenhuma tese acerca de qualquer assunto e que meramente expõem o estado mental de suspensão em que se encontram no momento. Sob uma aparente concordância exterior se encontra uma verdadeira distinção de significado e de ênfase que separa radicalmente pirrônicos e dogmáticos, mesmo que estes se intitulem também cétricos. A esse respeito Sextus escreve no *Hipotiposes*:

Os partidários da Nova Academia, embora afirmem que todas as coisas são não-apreensíveis, diferem dos cétricos mesmo com respeito a essa declaração de que todas as coisas são não-apreensíveis (pois eles afirmam isso positivamente, enquanto que o cétrico considera possível que algumas coisas sejam apreendidas); mas eles diferem também com relação ao seu julgamento acerca das coisas boas e más. Pois os acadêmicos não descrevem uma coisa como boa ou má como nós fazemos; eles fazem isso com a convicção de que é mais provável que aquilo que eles chamam de bom seja realmente bom do que o oposto e assim também no caso do mal, enquanto que quando nós dizemos que algo é bom ou mal, não adicionamos a isso nossa opinião de que aquilo que dizemos é provável, mas simplesmente nos conformamos à vida de forma não-dogmática, pois não podemos evitar a ação.⁴⁶

O cétrico pirrônico, ao contrário do acadêmico, não afirma sequer que suas impressões sejam mais prováveis do que quaisquer outras. Para ele, o curso de ação a que é levado a tomar pelas aparências não é mais provável do que o curso oposto. O bem que lhe parece bem e o mal que lhe parece mal não são por isso considerados como tais de forma absoluta ou mesmo provável. O cétrico não faz diferenças de graus de probabilidade⁴⁷ entre as impressões, sensíveis ou não, que se apresentam a ele. Enquanto impressões, elas são iguais em termos de probabilidade ou improbabilidade.⁴⁸

Após a apresentação das características do ceticismo pirrônico, Sextus Empiricus se dedica então a expor seu vertiginoso arsenal de argumentos compilados

⁴⁶ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p. 139

⁴⁷ Deve-se lembrar que Sextus não se refere, em absoluto, à probabilidade nos termos atuais de cálculo de probabilidades, mas sim à doutrina do ceticismo acadêmico, já esclarecida anteriormente.

⁴⁸ Op. Cit. p. 139

com o objetivo de fornecer ao investigador as armas de que necessita para seus próprios debates, sejam eles contra algum adversário determinado ou contra si mesmo, num solilóquio. Não obstante a variedade dos argumentos reunidos pelo médico cético grego em suas obras, estas parecem ter tido pouca influência mesmo no debate filosófico da antiguidade tardia. Pouco ou nada restou da polêmica dos cétricos contra os estóicos, epicuristas e acadêmicos nos séculos posteriores e a referência mais óbvia é o livro de Cícero intitulado *Academica*, que dificilmente pode ser considerado de grande acuidade ou fidelidade.

3.3.

O ceticismo na Idade Média

O pirronismo entra na Idade Média praticamente desconhecido, a não ser pela reação de Santo Agostinho contra o supracitado livro de Cícero. Após o bispo de Hipona, o ceticismo é quase que completamente esquecido na Europa e nos centros filosóficos do Ocidente e do Oriente. Se há alguma desconfiança quanto às pretensões do saber filosófico, ela é majoritariamente ditada por uma oposição mais ou menos enfatizada entre a Revelação e a razão natural. É sob essa égide que se devem entender, por exemplo, as diatribes de Tertuliano e, posteriormente, dos místicos medievais contra o “saber pagão.”

Por outro lado, essa desconfiança e menosprezo pelo saber racional teve facetas interessantes, como a querela movida primeiramente por Al Ghazali e depois pelos teólogos de Paris no século XIII, em defesa da liberdade divina, contra a filosofia natural de Aristóteles. Al Ghazali, místico sufi islâmico, escreveu um livro chamado *Tahafut Al Falasifa (A Incoerência dos Filósofos)* em que pretendia mostrar que os argumentos dos filósofos sempre resultam em aporias e deveriam por isso ser abandonados em favor da fé verdadeira. Além disso, afirmava o sufi, nada se dá no mundo por meio de causas naturais, mas tudo têm a direta e permanente intervenção divina e de seus mensageiros. Desse modo, Allah é totalmente livre para fazer o que quiser e nenhuma “ordem natural” pode restringir a liberdade divina.

Com o mesmo objetivo de preservar a liberdade de Deus, o bispo de Paris, Etienne Tempier, reunido com os mestres de teologia da universidade parisiense em

1277, condenou 219 teses defendidas pelos mestres de artes (filósofos sem formação teológica). Entre as proposições condenadas, haviam diversas que pertenciam ao corpo científico do pensamento aristotélico e, segundo os teólogos daquela época, essas teses restringiam inapropriadamente a onipotência divina, uma vez que pretendiam determinar necessariamente o possível e o impossível no mundo natural. Tempier e os mestres de teologia da Universidade de Paris consideraram que essa filosofia era restritiva demais, pois, ainda que algo fosse impossível no mundo natural pelos meios naturais, não seria Deus capaz de fazê-lo sendo Ele onipotente? Se para o grego era necessariamente impossível que certas coisas se dessem, não seriam elas possíveis Àquele que sustou o curso do Sol para ajudar Josué?

Por causa dessa ofensiva teológica de defesa de Deus, o edifício aristotélico foi abalado e desacreditado e o século XIV assistiu a um período de engenhosas e sutis discussões acerca de hipóteses sobre possibilidades antes totalmente proibidas pela filosofia natural do Estagirita. Mas essas possibilidades eram encaradas como simples hipóteses sem valor real justamente por causa da liberdade divina. Se Deus é livre a ponto de fazer aquilo que a filosofia natural julga ser necessariamente impossível, resta que nenhum conhecimento real do mundo é possível. Todas as teorias acerca do mundo só têm valor conjectural, pois qualquer que seja a hipótese, por mais certa que pareça, não pode constranger a Deus na Sua onipotência. Assim, as especulações da filosofia natural eram consideradas como construções mentais (*secundum imaginationem*) que somente "salvam os fenômenos", ou seja, são adequadas ao observado, mas nada dizem sobre a real natureza das coisas.⁴⁹

Apesar da aparente semelhança entre a concepção de teorias que somente "salvam os fenômenos" e a prática cética de ater-se às aparências, dificilmente essas polêmicas medievais podem ser tomadas como discussões genuinamente céticas. Elas se devem muito mais a uma reação teológica ao conflito gerado pela oposição, real ou suposta, entre os conteúdos da Revelação e as pretensões de conhecimento necessário do mundo natural apregoado pela tradição filosófica aristotélica do que exatamente pela perplexidade filosófica diante da questão acerca daquilo que se pode conhecer. Além disso, não se deve superestimar a importância dessa condenação

⁴⁹ GRANT, 1977, p.84

local de Aristóteles dentro do vasto cenário filosófico medieval em que imperava indubitavelmente o otimismo epistemológico dos escolásticos.

O ceticismo permaneceu esquecido durante todo o resto do período medieval e só renasceu durante os conturbados anos dos séculos XVI e XVII, impulsionado pelos conflitos religiosos, pela marcha das desconcertantes descobertas marítimas e pelo nascimento da ciência moderna.

3.4.

O ceticismo na era moderna

A redescoberta do ceticismo se deu somente no século XVI em meio à crise do fim da Idade Média e o início dos tempos modernos. O desmembramento da unidade da Cristandade por meio da Reforma foi, segundo Richard Popkin, um dos mais importantes fatores para o renovado interesse no ceticismo antigo.⁵⁰ Não porque os céticos procurassem questionar a fé, mas porque a negação protestante da autoridade da Igreja latina e da Tradição geraram uma larga discussão acerca do critério da interpretação bíblica. Se não há mais o critério milenar da autoridade dos Padres da Igreja, do Magistério e dos Concílios e se cada um deve interpretar a Bíblia de acordo com a “luz do Espírito Santo” concedida por Deus e se, efetivamente, há diferenças de interpretação inconciliáveis, então há que se encontrar algum critério novo para resolver essas disputas.

A temática do critério é cara ao ceticismo antigo e o ambiente de dúvida criado pela Reforma era propício para a propagação dos argumentos do céptico. Ainda no século XVI surgem traduções das obras de Sextus Empiricus, além de novas traduções da obra *Academica* de Cícero e da *Vida e Obra dos Filósofos Ilustres* de Diógenes Laércio. O nome mais conhecido do ceticismo dentro do contexto dessa crise é seguramente o do francês Michel de Montaigne. O pensamento fideísta de Montaigne repete consistentemente todos os passos e características do ceticismo pirrônico, diferenciando-o do dogmatismo negativo dos acadêmicos.

⁵⁰ POPKIN, 2000, p.25

Mais uma vez surge o tema do conflito indecível e intransponível entre opiniões opostas, a incerteza dos dados dos sentidos, a variedade dos costumes e dos hábitos, a susceptibilidade às mudanças de estado corporais e afetivas, a inexistência de um critério absoluto que decida entre visões divergentes sobre um mesmo objeto. Para Montaigne, diante de tantas dúvidas e incertezas, a única saída seria a suspensão do juízo e a adoção não-dogmática dos usos, costumes e crenças da sociedade onde vivia, o que para ele significava permanecer católico. Não há outro porto seguro para o homem que não os conteúdos revelados diretamente por Deus aos profetas e à Igreja, de modo que nenhum sustentáculo racional pode ser dado à fé ou a qualquer pretensão de conhecimento.

Como afirma Richard Popkin, Montaigne distingue claramente entre o ceticismo acadêmico, que nega a possibilidade de qualquer conhecimento seguro sobre a natureza das coisas, e o pirronismo, que nada afirma, nem mesmo a negação da possibilidade do conhecimento, mas suspende o juízo com relação a qualquer assertiva teórica.⁵¹ O filósofo francês não condena sequer as tentativas de racionalização dos conteúdos da fé, mas somente adverte para o caráter secundário desses esforços, dada a incapacidade que sente de fornecer bases seguras para tal empresa. Dessa forma, principalmente por sua consciente distinção entre o pirronismo e o dogmatismo negativo dos acadêmicos e sua adoção da regra de vida cética de viver segundo a natureza e os costumes, Montaigne pode ser considerado um legítimo representante da escola de Pirro na modernidade.

Após Montaigne, o cético torna-se presente em diversas obras de filósofos que buscaram fornecer novas bases para o conhecimento na qualidade de um adversário anônimo e sem características distintivas contra o qual o dogmático deve se medir a fim de estabelecer suas conclusões. É dessa forma que o cético se apresenta, por exemplo, na obra de René Descartes. Se há a necessidade de refundar as bases do conhecimento, estas devem resistir às dúvidas levantadas por um cético hipotético e hiperbólico que duvida até mesmo da existência do mundo externo. Assim, os fundamentos da ciência devem ser firmes o suficiente para restarem inabaladas mesmo diante da possibilidade cética mais radical, a saber, a de um gênio maligno que desvirtua até mesmo as faculdades humanas.

⁵¹ POPKIN, 2000, p.95

É difícil saber se o “cético” de Descartes representa realmente algum pensador determinado, como Montaigne, ou se é somente um recurso retórico usado para salientar uma necessidade ditada pela sua própria metodologia da dúvida ativa. O certo, porém, é que o “cético” na obra de Descartes não apresenta as características quer do pirronismo clássico como descrito por Sextus Empiricus, quer do ceticismo de Montaigne. Cumpre enfatizar que a própria dúvida cartesiana não pode ser considerada uma expressão do ceticismo, pois ela está a serviço de uma metodologia que pretende estabelecer verdades indubitáveis, claras e distintas. A dúvida é um passo necessário para a certeza, um solvente que destrói tudo o que é incerto e deixa intacto aquilo que é absolutamente verdadeiro.

Ao mesmo tempo em que Descartes buscava bases sólidas para o conhecimento e travava uma batalha teórica contra um gênero indeterminado de ceticismo, outros pensadores da época, diante do desgaste aparentemente irremediável da tradição aristotélico-escolástica, da redescoberta do pirronismo e do impressionante sucesso da nova física matemático-geométrica de Galileu, tomavam um caminho diverso do dogmatismo e propunham um ceticismo moderado acerca da possibilidade do conhecimento científico. Segundo Richard Popkin, esses filósofos e cientistas formularam uma alternativa teórica que tinha a pretensão de

aceitar a força total do ataque cético à possibilidade do conhecimento humano, no sentido de verdades necessárias sobre a natureza da realidade, e no entanto admitir a possibilidade de conhecimento em um grau inferior, como verdades convincentes ou prováveis acerca das aparências.⁵²

Um dos proponentes dessa *via media* foi o frade mínimo, filósofo, matemático e cientista Marin Mersenne, amigo e correspondente de Descartes, Gassendi e de grande parte da nata científica da época. Para ele, a resposta ao desafio cético é simples: a ciência, como queriam Aristóteles, Demócrito e os demais antigos, um conhecimento certo da natureza última dos fenômenos, é impossível como mostram os irrefutáveis argumentos céticos. Entretanto, um conhecimento

⁵² POPKIN, 2000, p.211

hipotético acerca das aparências dos fenômenos nos é possível, verificável e útil para nos guiarmos no mundo.⁵³

Pois pode ser dito que apenas vemos a parte externa, a superfície da natureza, sem sermos capazes de penetrar no seu interior, e jamais possuiremos nenhuma outra ciência além da dos seus efeitos externos, sem sermos capazes de encontrar as razões deles, e sem sabermos por que agem, até que Deus queira nos livrar de nossa miséria e abrir nossos olhos por meio da luz que Ele reserva a Seus autênticos admiradores.⁵⁴

A ciência possível aos homens segundo Mersenne, consistindo em dados sobre as aparências, hipóteses e previsões sobre a conexão entre eventos e o curso da experiência futura, estava em franca oposição às pretensões de conhecimento real tanto dos escolásticos quanto dos novos físicos como Galileu e Descartes. Coerente com sua posição, o frade mínimo francês, ele mesmo um mecanicista, apresentaria suas teorias físicas somente como hipóteses úteis, verificáveis para fins práticos, entretanto destituídas de qualquer metafísica e sem pretensões de fornecer um retrato verdadeiro do mundo real.

E para engajar-se numa investigação científica, não é necessário afirmar a verdade das teorias dos novos físicos, nem tampouco abandonar suas próprias hipóteses. Se estas servem para meramente organizar o conhecimento sem, contudo, pretender fornecer um retrato certo e fidedigno de uma suposta estrutura real escondida sob as aparências sensíveis, então seu uso é plenamente justificado. Da impossibilidade da metafísica não se deriva a impossibilidade da física.

Outro pensador, contemporâneo e amigo de Mersenne, o padre, filósofo e cientista Pierre Gassendi, também defendeu ideias pertencentes ao movimento que ficou conhecido como “ceticismo mitigado” e apresentou suas teorias científicas como a melhor explicação do mundo das aparências sem, no entanto, advogar nenhum conhecimento da realidade por trás das aparências. Contra as pretensões de Galileu e Descartes, Gassendi defendia um ceticismo radical acerca da possibilidade de determinação da realidade última dos fenômenos. O único conhecimento possível

⁵³ POPKIN, 2000, p. 213

⁵⁴ IDEM, 2000 p. 222

é aquele que nos dá a experiência do comportamento manifesto dos corpos e que pode ser verificado através de suas predições. Se o mundo físico é, em realidade, feito de átomos ou não, a ciência jamais poderá averiguá-lo.

O argumento fornecido por Gassendi para justificar sua posição, desde cedo usado em suas polêmicas antiaristotélicas, afirma que as qualidades dos corpos nada mais são do que aparências sensíveis. Se o mel me parece doce, só posso disso inferir que o mel me parece doce, e não que o mel é doce.⁵⁵ De nossas percepções jamais poderemos inferir essências, naturezas ou definições reais dos fenômenos. O que Gassendi nega aqui é o poder da abstração aristotélica de conhecer a essência de um objeto qualquer. Se há um ceticismo justo, segundo Gassendi, ele deve se restringir à dúvida com relação à possibilidade de se encontrar razões necessárias e suficientes para o nosso conhecimento dos fenômenos que tornariam impossível o erro. Porém, nada pode ser dito contra a pretensão de conhecer as aparências e de construir teorias adequadas à observação e à predição e que não tomem para si a tarefa de explicar causalmente o que nos é fornecido pelos sentidos.⁵⁶

A visão defendida por Mersenne e Gassendi já era largamente conhecida na astronomia grega antiga. A originalidade desses pensadores está na aplicação dessa concepção ao mundo terrestre como uma resposta antirrealista à crise nas ciências naturais. Seu ceticismo “mitigado” se liga intimamente ao pirronismo na medida em propugna um conhecimento ligado precipuamente às aparências e que não se envolve em tentativas de afirmação da natureza última das coisas. E se há termos metafísicos e entidades não-observáveis em seus tratados científicos, eles não são mais que ficções úteis, apoios para o pensamento, e não desempenham nelas nenhum papel constitutivo.

O nome mais importante e significativo do ceticismo no século XVIII é sem dúvida o do escocês David Hume. Embora sua relação com o pirronismo seja ambígua, devido à confusão entre acadêmicos e pirrônicos demonstrada em suas obras, Hume por diversas vezes adotou ideias do ceticismo e chegou mesmo a denominar-se como “cético relaxado”. No entanto, o seu ceticismo parece ser uma consequência direta de sua teoria conhecida como *princípio da cópia*.

⁵⁵ POPKIN, 2000, p.174

⁵⁶ IDEM, 2000, p.177

Hume afirma que nossas ideias não são mais do que um reflexo menos vivaz das impressões dos sentidos. Não obstante, deve haver algum princípio de conexão entre as ideias, pois estas nos vêm de forma organizada. Hume defende que existem três princípios de conexão: semelhança, contiguidade e causalidade. Na análise da causalidade, localizada na seção IV de sua obra *Investigação Acerca do Entendimento Humano*, sugestivamente intitulada como *Dúvidas Céticas sobre as Operações do Entendimento*, aparecerão suas mais famosas páginas céticas.

O filósofo divide os objetos da investigação humana em dois gêneros: relações de ideias e de fatos. As relações de ideias dizem respeito às matemáticas, à álgebra e à geometria, onde a certeza é alcançada de forma intuitiva, por simples operação do pensamento, não dependendo de fatos exteriores. As relações de ideias são regidas pela necessidade lógica, cuja negação implica em contradição. De modo diverso, as relações de fato não são regidas por tal certeza intuitiva e a negação de qualquer fato é perfeitamente inteligível. O contrário de um fato é sempre possível, o contrário de algo necessário é contraditório, mas a necessidade *strictu senso* é somente lógico-matemática.

A questão central da investigação é saber qual a natureza da evidência que nos faz inferir o inobservado do observado. Em outros termos, é preciso saber como fazemos inferências num domínio do conhecimento onde todo fato é contingente e não implica logicamente qualquer outro. O filósofo afirma que os raciocínios acerca de questões de fato se baseiam na noção de causa e efeito e é somente através dela que podemos ultrapassar o estreito limite de nossa memória e de nossas percepções atuais, inferindo o não observado do observado. O fundamento dessa inferência é a experiência, pois apenas fundados no conhecimento de um objeto não poderíamos jamais saber quais seriam seus efeitos, pois “o espírito nunca pode encontrar pela investigação e pelo mais minucioso exame o efeito na suposta causa. Porque o efeito é totalmente diferente da causa e, por conseguinte, jamais pode ser descoberto nela.”⁵⁷

Nesse momento se insinua na argumentação humeana um de seus aspectos céticos mais importantes. O filósofo limita o poder da razão no seu conhecimento do mundo. Não é o entendimento, mas a experiência que nos ensina sobre as constantes

⁵⁷ HUME, 1992, p. 83

naturais. Por conseguinte, a busca das razões últimas dos fenômenos, a busca tradicional da filosofia, está vedada aos homens. Podemos encontrar pela experiência princípios gerais sob os quais subsumimos os fatos, mas não podemos encontrar as causas das causas mais gerais. Hume limita o conhecimento humano aos fenômenos, “ao que aparece”. Entretanto, se a base inferencial da causalidade é a experiência, e esta se refere somente a fatos do passado, não se pode estendê-la para o futuro. A esse problema, conhecido como o “problema da indução”, Hume oferecerá uma solução cética.

No início da seção V intitulada *Solução Cética destas Dúvidas*, Hume faz um breve elogio aos céticos acadêmicos caracterizando-os como inimigos da arrogância, das elevadas pretensões e das especulações que transbordam os estreitos limites da vida e da prática cotidianas. O filósofo nos diz que não se deve temer que tal escola, inofensiva e inocente, possa solapar com suas dúvidas os raciocínios da vida diária. Isto porque a natureza manterá sempre seus direitos, impedindo a inação que seria fruto da descrença extrema.⁵⁸ Há um princípio da natureza humana que sempre manterá seus direitos a despeito de toda e qualquer dúvida.

Tal princípio não é outro senão o costume ou o hábito. Toda vez que experimentamos uma repetição contínua e uniforme de algum evento, temos a propensão de esperar sua repetição futura. O hábito ou costume não é raciocínio ou processo do entendimento, mas um princípio da natureza humana, “universalmente reconhecido e bem conhecido por seus efeitos”,⁵⁹ que produz uma propensão (racionalmente injustificada) de que o futuro se conformará ao passado. É algo que todo ser humano pode conhecer por experiência e o filósofo renuncia a dar a sua razão última, a causa dessa causa

Se a inferência dada a nós pelo hábito fosse deixada a cargo dos lentos pensamentos e operações da razão humana, não teríamos sobrevivido. Aquilo que é *conditio sine qua non* para a conservação dos seres humanos, nos foi dado na forma de instinto e tendências mecânicas. Segundo Hume:

Do mesmo modo que a natureza nos ensinou a usar nossos membros sem esclarecer-nos acerca dos músculos e nervos que os

⁵⁸ HUME, 1992, p. 85

⁵⁹ IDEM, 1992, p.86

movem, ela também implantou em nós um instinto que impulsiona o pensamento num processo correspondente ao estabelecido entre os objetos externos, embora mantendo-nos ignorantes desses poderes e forças dos quais dependem totalmente o curso regular e a sucessão de objetos.⁶⁰

Pode-se é claro, aperfeiçoar esse mecanismo, metodizando-o, mas os conhecimentos possíveis ao homem deverão estar baseados na força do instinto revelado no raciocínio experimental. E este se circunscreve ao plano da vida cotidiana, como apontava o ceticismo antigo. O instinto fornece as bases, não-rationais, para a sobrevivência e conservação da vida e os argumentos céticos mostram que devemos permanecer em seus limites.

Na Seção XII da *Investigação*, intitulada *Da Filosofia Acadêmica ou Cética*, Hume se refere erroneamente ao pirrônico como aquele que propugna a suspensão universal do juízo e assevera que ninguém jamais encontrou alguém desprovido de opiniões e princípios sobre temas referentes à ação ou à especulação. Afirma em seguida que um *ceticismo antecedente*, não compreendido como uma prescrição de se duvidar universalmente do conjunto de nossas opiniões e princípios anteriores para encontrar princípios evidentes por si mesmos, mas como uma prescrição do ceticismo como atitude prévia à investigação filosófica é salutar e útil.

Entretanto, há um ceticismo que é *consequente* à investigação filosófica, no qual se chega à conclusão de que todo o entendimento é falho e falso, derivando daí a doutrina de que não se pode alcançar princípios seguros e verdadeiros, devendo-se portanto suspender o juízo universalmente. Hume examina o argumento “cético” acerca da existência do mundo exterior que é considerado por muitos autores contemporâneos como o problema central e distintivo do ceticismo moderno. Uma vez que tudo o que temos são percepções, há como se garantir a existência independente do mundo externo ou mesmo a permanência de uma cadeira quando esta não é percebida, a despeito de nossa inclinação instintiva para afirmar sua realidade?

A resposta que sugere uma pretensa relação causal entre o objeto e a percepção deve ser descartada, pois nenhuma experiência pode confirmá-la. Apelar

⁶⁰ HUME, 1992, p.92

para Deus seria tolice, pois se o mundo exterior está em questão, não se poderiam encontrar argumentos para defender sua existência. Assim, opinião fundada no instinto é irracional e a opinião fundada na filosofia é inconclusiva e sem poder de convencimento. Encontramo-nos diante de uma *diaphonia*, ou seja, não há como decidir entre as duas posições e a *epoché* seria a sua consequência. Todavia, a suspensão do juízo acerca da existência do mundo externo tornaria impossível a vida cotidiana. A certeza indiscutível da existência do mundo é uma das bases principais da conservação dos seres vivos em geral e do homem em particular.

Hume responde salientando que as ocupações e necessidades da vida diária dissipam as dúvidas céticas. Os princípios são vencidos pela natureza. Ninguém jamais cairá na inação por conta da validade irrefutável das críticas do ceticismo. As dúvidas partirão no momento mesmo em que se apresentar para o homem a necessidade básica de sua conservação.

Mas, uma vez que os céticos abandonam as sombras e se defrontam com os mais poderosos princípios da nossa natureza – decorrentes da presença dos objetos reais – que movem nossas ações e sentimentos, seus princípios desvanecem como fumaça e equiparam o mais resoluto cético ao mesmo nível dos outros mortais.⁶¹

Hume apresenta aqui o que ele chama de *ceticismo moderado ou acadêmico*. O primeiro aspecto deste se revela na humildade e na consciência das limitações intrínsecas ao entendimento. O outro aspecto do cético moderado, que advém das críticas pirrônicas, é limitar as investigações aos objetos que mais se adaptam à capacidade limitada do entendimento humano. Embora a imaginação tenha a tendência a se perder naquilo que é remoto e extraordinário, deve-se trazê-la de volta à vida cotidiana através do ceticismo moderado. Devemos nos ater aos assuntos da prática e experiência cotidianas e para chegarmos a tal decisão, “nada pode ser mais útil do que nos convencer de vez da força da dúvida pirrônica e da impossibilidade de que algo pode libertar-nos dela, exceto o forte poder do instinto natural.”⁶²

Evidentemente a interpretação de Hume do pirronismo é controversa. Ele atribui aos pirrônicos um dogmatismo negativo na doutrina de que se deve suspender

⁶¹ HUME, 1992, p. 142

⁶² IDEM, 1992, p. 143

universalmente o juízo. De fato, os pirrônicos não pensavam assim. O pirrônico podia ter crenças, desde que não fossem dogmáticas, ou seja, que não fossem afirmações categóricas com respeito ao mundo, mas simples impressões. Além disso, a *epoché* tem seu alcance determinado por questões que causem inquietação ao indivíduo em particular. Somente a essas questões, não a todas, se aplica a *epoché* cética. O alcance da suspensão, com o objetivo de levá-lo à *ataraxia* (imperturbabilidade) será determinado por aquilo que perturba o indivíduo.

Richard Popkin comenta a interpretação humeana do pirronismo:

A descrição que Hume faz do ceticismo omite qualquer referência à base que o pirrônico oferece para se decidir questões práticas quando a atitude suspensiva foi adotada. Sextus sustentava que o cético poderia aceitar as aparências de forma não-dogmática e viver naturalmente. A primeira doutrina significa que se pode assentir, reconhecer ou ter opiniões sobre o que parece ser o caso, sem abandonar a atitude suspensiva com relação ao que realmente é o caso. A segunda doutrina afirma que se pode viver “naturalmente”, sem ser obrigado a fazer qualquer julgamento, simplesmente obedecendo-se inconscientemente, ou por hábito, às compulsões naturais, e aceitando, sem julgar seu valor, os costumes e regulações de um ambiente cultural e social.⁶³

Apesar das suas falhas de interpretação do pirronismo, Hume termina por rejeitar as pretensões negativas dos acadêmicos, ainda que identificando-os com os pirrônicos, e defende posturas clássicas do ceticismo antigo como apresentado por Sextus Empiricus. O filósofo escocês corrobora a ideia de que o conhecimento humano deve se restringir ao mundo da vida cotidiana, renunciando a proferir asserções metafísicas acerca da natureza última das coisas ou mesmo da realidade do mundo exterior. Concomitantemente, Hume afasta o perigo da inação, pois, da mesma forma que o pirrônico de Sextus se encontra num estado mental de suspensão do qual não se segue a inação devido à força coercitiva das impressões das aparências, o cético humeano, o “cético relaxado”, conhece a limitação dos próprios argumentos e sabe que todos os homens agem de acordo com os ditames incontornáveis da natureza, ainda que os argumentos em contrário sejam irrefutáveis.

Por outro lado, Hume faz afirmações muito mais fortes e contundentes sobre a impossibilidade e a inutilidade da metafísica do que os pirrônicos. Enquanto estes

⁶³ POPKIN, 1995, p. 162

só desejam externar com a suspensão do juízo seu estado de espírito no momento da investigação, sem derivar disso qualquer consequência no que diz respeito à possibilidade de um conhecimento metafísico certo e infalível, o cético escocês defende que os livros de teologia e metafísica escolástica encontrados nas bibliotecas, uma vez que não contenham nenhum ensinamento sobre questões abstratas sobre números e quantidades ou sobre questões de fato provenientes da experiência, sejam lançados ao fogo, pois “não contém senão sofismas e ilusões.”⁶⁴ A própria regra humeana de ação dentro dos limites da vida cotidiana tem um alcance diverso da regra tradicional pirrônica de submeter-se aos costumes, crenças e leis do local onde se vive. Ao contrário disso, a prática de Hume engloba tanto uma atividade política de verniz crítico e liberal, quanto o questionamento das crenças religiosas tradicionais e uma aguerrida militância anticlerical.

Após a morte de Hume, o ceticismo novamente desapareceu do cenário filosófico ocidental e nenhum outro pensador, filósofo ou cientista parece ter adotado publicamente o modo de vida pirrônico. Evidentemente, a influência do pirronismo pode ser constatada em diversos autores e correntes de pensamento, mas nenhum deles pode ser considerado como legitimamente cético. Em geral, as ideias do ceticismo se encontram misturadas com ideias de origens diversas nas doutrinas mais díspares, sem que qualquer formulação clara de pirronismo tenha sido feita. A renovação do interesse acadêmico sobre o ceticismo antigo só se deu no contexto dos estudos de filosofia e história das ciências no século XX, impulsionada principalmente pela obra do filósofo e historiador da ciência americano Richard Popkin.

Longe de permanecerem na perspectiva histórica de Popkin, alguns pensadores contemporâneos abraçaram o pirronismo como uma postura filosófica possível e sustentável. O filósofo brasileiro Oswaldo Porchat Pereira é um desses pensadores em que o ceticismo se afigurou como o ponto culminante de seu longo trajeto de estudos de filosofia. As obras céticas de Porchat são um testemunho de uma vida dedicada à busca da verdade e da certeza que se vê confutada pela vertiginosa quantidade de escolas e teorias filosóficas rivais e incompatíveis que digladiam entre si afirmando cada uma um cabedal de argumentos aparentemente

⁶⁴ HUME, 1992, p. 145

indiscutíveis. Diante de tal conflito, o pesquisador honesto é, em meio a resistências e reviravoltas, finalmente conduzido ao pirronismo e à suspensão do juízo.

Em um de seus artigos céticos mais importantes, *Sobre o que aparece*,⁶⁵ Porchat apresenta os temas céticos tradicionais a fim de esclarecer o critério pirrônico de ação segundo as “aparências”. A experiência iniciadora do caminho cético é, de novo, a da *diaphonia*, a equipolência que o investigador julga encontrar entre teses opostas versando sobre os mesmos problemas ou objetos. A ausência de um critério inequívoco (que não seja ele mesmo disputado) para se decidir entre as opções dadas em oposição impede que uma decisão seja tomada. Além disso, sobre cada assunto sobre o qual se possa debruçar, há sempre a possibilidade de se encontrar ou formular argumentos contrários que se anulam mutuamente. E da repetida experiência da discordância das opiniões e teorias vai-se aos poucos chegando a um estado de *epoché*, de suspensão do juízo quanto à validade objetiva desses mesmos argumentos.

É importante também realçar que essa nossa postura cética de agora, não a devemos a nenhuma decisão filosófica. Nada estabelecemos nem demonstramos, nossa investigação filosófica não tem nenhum saldo positivo a oferecer. Nossa *epokhé* é tão-somente o estado em que nos encontramos, quando uma investigação exaustiva empreendida com rigor e espírito crítico nos deixa precisamente sem condição para escolher ou decidir. Por isso mesmo, ao invés de dizer que praticamos uma *epokhé*, é mais adequado dizer que entramos em *epokhé*, ou que estamos em *epokhé*.⁶⁶

Se o investigador honesto não consegue decidir entre as posições filosóficas que se lhe apresentam em cada momento, então ele pode ser tentado a aceitar as chamadas “verdades do homem comum”, aquele conjunto de crenças e práticas cotidianas que constituem o arcabouço da prática e da vida do homem não tocado pelas questões da filosofia ou por seu método de raciocínio. Contudo, essa manobra também não obtém o resultado intentado, pois o “homem comum” é tão dogmático em suas crenças quanto qualquer filósofo e sua pretensão à verdade é inequívoca. Como resultado, ele também será atingido pelo ceticismo na medida em que seus

⁶⁵ PORCHAT, 1993, p.166

⁶⁶ PORCHAT, 1993, p. 170

discursos são igualmente submetidos a polêmicas e discordâncias que, ao fim e ao cabo, são tão indecidíveis quanto qualquer intrincada teoria filosófica. Assim, a *epoché* atinge o discurso “filosófico ou não-filosófico, sofisticado ou trivial, acompanhado ou desacompanhado de uma pretensa fundamentação, todo e qualquer discurso que nos queira ‘fazer ver’ a verdade.”⁶⁷

A *epoché*, por sua vez, nada muda na vida daquele que se encontra sob sua influência. Com ela não se nega ou se afirma nada sobre o mundo. Este permanece o mesmo e a experiência cotidiana mais imediata resta inalterada. E é essa experiência que se torna o critério cético. Nas palavras de Porchat,

Isso que não podemos rejeitar, que se oferece irrecusavelmente a nossa sensibilidade e entendimento – se nos permitimos lançar mão de uma terminologia filosófica consagrada –, é o que os cétricos chamamos de fenômeno (*to phaínómenon*, o que aparece). O que aparece se nos impõe com necessidade, a ele não podemos senão assentir, é absolutamente inquestionável em seu aparecer. Que as coisas nos apareçam como aparecem independe de nossa deliberação ou escolha, não se prende a uma decisão de nossa vontade. O que nos aparece não é, enquanto tal, objeto de investigação, precisamente porque não pode ser objeto de dúvida. Não há sentido em argumentar contra o aparecer do que aparece, tal argumentação seria ineficaz e absurda.⁶⁸

Os fenômenos aparecem como sensíveis e inteligíveis e quanto à sua constituição última e verdadeira o cético não se põe a questionar. O que aparece dá a impressão de que existia antes de ser percebido e de que existirá depois de sua percepção pelo pirrônico ou mesmo independentemente da eventualidade de que alguém o perceba um dia. A essa impressão, como a qualquer outra que se imponha a ele irresistivelmente, o cético dará um assentimento não-dogmático. Da mesma forma, ele admitirá o conteúdo teórico presente em toda observação sem, no entanto, compartilhar de seu dogmatismo.⁶⁹

Porchat utiliza o mesmo exemplo de Sextus Empiricus para explicar o caráter não assertivo do pirronismo em sua relação com o que aparece: se o cético diz que o mel é doce, ele não afirma nada sobre a natureza real do mel, sobre a realidade além das aparências, mas somente afirma que o mel lhe aparece como doce. O cético

⁶⁷ IDEM, 1993, p. 173

⁶⁸ PORCHAT, 1993, p.177

⁶⁹ IDEM, 1993, p.178

acompanha somente a imediata sensação adocicada que ele experimenta quando toma do mel. Para ele, o discurso é “mera expressão de nossa experiência, ele diz o seu conteúdo, conta o que aparece.”⁷⁰ Da mesma forma que os antigos céticos, o neopirrônico viverá a partir de suas crenças, tomadas não como afirmações sobre o mundo ainda carentes de justificação, mas como assentimentos impostos irresistível e compulsoriamente pelo simples reconhecimento da aparição das aparências. As crenças do neopirrônico incluem igualmente aquelas que ditaram a vida prática dos céticos gregos: a aceitação das aparências dos sentidos e do intelecto, a ação segundo a natureza, a conformação aos costumes e leis da sociedade em que se vive e a submissão aos ensinamentos da arte a qual se pratica.⁷¹

Contra a ideia de que o sucesso preditivo e tecnológico da ciência moderna e contemporânea seria um forte argumento contra o neopirronismo, Porchat afirma que essa oposição é aparente. Primeiramente porque, segundo ele, o objeto de questionamento do ceticismo era a velha *epistemê* dogmática que pretendia alcançar um conhecimento real, certo e verdadeiro da natureza das coisas, daquilo que estava escondido sob as aparências do fenômeno. Uma vez que essa postura foi abandonada e que foi adotado o modelo empírico de tratamento do mundo natural, em que se privilegia a observação das constantes naturais e a consequente predição a partir das mesmas, não há mais qualquer constrangimento teórico para o cético. Porchat salienta que a observação empírica e a predição nela apoiada são as formas mais características do modo de vida do homem comum e que ao cético, “apologista da ciência empírica”,⁷² basta considerar as teorias científicas de forma não dogmática, sem afirmar ou negar a verdade das mesmas.⁷³

⁷⁰ IBIDEM, 1993, p. 181

⁷¹ PORCHAT, 1993, p. 193

⁷² IDEM, 1993, p.209

⁷³ Há problemas nessa posição de Porchat quanto à ciência moderna. Ele parece não levar em conta as profundas pretensões metafísicas das teorias de Galileu, Descartes e Newton, por exemplo. Nenhum desses cientistas teve, e poucos na atualidade têm, algum objetivo diverso do que a verdade última sobre o mundo natural. A própria ideia de que o mundo é feito a partir de caracteres matemático-geométricos aponta para uma ontologia do real. Esta, inclusive, nada tem de empírica e a concepção da ciência moderna e contemporânea como filha e representante do empirismo é equivocada. A ciência começa e se aprofunda cada vez mais no questionamento da experiência cotidiana mais imediata que era a base da ciência aristotélica. O mundo empírico é consultado somente na decisão das teorias por meio da verificação ou da refutação de suas predições. Por outro lado, o tema cético de circunscrição aos fenômenos da vida cotidiana, repetido de Sextus até Hume, impediria o surgimento da ciência moderna, caracterizada, antes de tudo, pela defesa de uma suposta ontologia matemática escondida sob as névoas confusas da experiência sensível.

O ceticismo pirrônico não pode ser encarado como uma teoria epistemológica negativa, pois ele não é uma teoria, mas uma prática filosófica eminentemente terapêutica que tem como objetivo curar o ser humano de qualquer dogmatismo racionalista ou irracionalista.⁷⁴ Segundo o próprio Porchat, seu neopirronismo não é original e nem mesmo pretende sê-lo. O que o filósofo brasileiro pretendeu realizar foi um tratamento dos temas modernos da filosofia a partir de uma interpretação que fosse a mais fiel possível ao espírito do pirronismo. E sendo assim, tudo o que ele escreve tem a marca da suspensão cética que não afirma ser uma verdade além de qualquer dúvida nem mesmo o resultado cético de suas investigações. Tudo o que Oswaldo Porchat defende é que as coisas lhe aparecem da forma como as descreve.⁷⁵

O filósofo americano Robert Fogelin é outro pensador contemporâneo que se dedica a formular uma filosofia neopirrônica. Para ele, o pirrônico tradicional é, claramente, alguém que lança dúvidas acerca das pretensões de conhecimento acalentadas pela filosofia. E os argumentos utilizados por ele não vêm de nenhuma outra fonte do que a própria filosofia. Nesse sentido, pode-se dizer que a empresa pirrônica refuta a si mesma na medida em que tenta demolir as pretensões da filosofia através de argumentos filosóficos.⁷⁶

O caráter contraditório apresentado pela argumentação cética pode ser melhor compreendido ao se levar em conta o fato de que o pirrônico utiliza os argumentos filosóficos apenas de modo instrumental, ou seja, com vistas a um fim bem determinado. Tal fim é a *ataraxia*, a imperturbabilidade, a quietude. O cético então é aquele que usa os argumentos filosóficos para mostrar a inutilidade dos mesmos, sem com isso fazer afirmações peremptórias acerca do valor dos argumentos empregados. E, uma vez que o objetivo tenha sido alcançado, a *ataraxia*, os mesmos argumentos deverão ser abandonados de maneira análoga a um remédio que elimina a doença e é também eliminado pelo organismo já sadio. Fogelin sugere que a aceitação desse caráter contraditório é uma característica definidora do pirronismo.⁷⁷

O cético, como dito acima, utiliza argumentos provenientes da filosofia para derrubar as pretensões epistêmicas do filósofo dogmático. A argumentação pirrônica

⁷⁴ Op. Cit. p. 210

⁷⁵ PORCHAT, 1993, p. 212

⁷⁶ FOGELIN, 1994, p.3

⁷⁷ IDEM, 1994, p. 4

visa mostrar que, os próprios padrões e ditames do dogmático exigem dele a suspensão do juízo. O cético não se compromete com as teses, os pressupostos ou mesmo com a forma de argumentação do filósofo contra quem disputa, mas as utiliza instrumentalmente para fazer com que seu adversário seja derrotado por suas próprias armas. Para reforçar sua interpretação do pirronismo, Fogelin cita um trecho do texto *As Crenças do Cético* de Michael Frede:

Uma vez que o cético quer averiguar se seu oponente, segundo os próprios padrões ou cânones, tem conhecimento, ele adere em seus argumentos a tais padrões. Mas isso não significa que ele está comprometido com eles. Ele está ciente do fato, por exemplo, que nós não operamos ordinariamente por esses padrões [dogmáticos] e que é porque seus oponentes querem mais do que nós temos ordinariamente que eles tentam se submeter a tais cânones mais estritos, pois eles querem conhecimento “real”, conhecimento certo.⁷⁸

O cético poderá viver passivamente segundo as aparências que se lhe impõem irresistivelmente e de acordo com a regra de vida tradicional formulada por Sextus Empiricus, furtando-se a afirmar dogmaticamente a verdade das mesmas. Para Fogelin, o neopirrônico utilizaria a mesma regra interpretada à luz da virada linguística da filosofia contemporânea. Se o cético antigo se sentia à vontade para seguir através de crenças comuns de forma não-dogmática, o neopirrônico não terá problemas com “os modos comuns de expressar essas crenças.”⁷⁹ Da mesma forma que o antigo pirrônico tinha como alvo as pretensões de conhecimento além das crenças comuns, o novo cético vai rejeitar todas as formas de expressão que ambicionem ultrapassar os modos comuns e vai se manter dentro de seus limites.

O neopirrônico pode usar livremente termos tradicionais como “conhecimento”, “certeza”, “verdade” e “real”, mas o faz segundo seu significado comum e cotidiano e não como fazem os filósofos dogmáticos. Citando Wittgenstein, Fogelin afirma que se palavras como “linguagem”, “experiência” e “mundo” têm um uso, ele “deve ser tão humilde como aquele das palavras ‘mesa’, ‘lâmpada’, ‘porta’”.⁸⁰ Entretanto, os novos céuticos não estariam com isso defendendo qualquer privilégio epistêmico da linguagem comum ou mesmo uma filosofia do senso

⁷⁸ MICHAEL FREDE *apud* FOGELIN, 1994, p.7

⁷⁹ FOGELIN, 1994, p.9

⁸⁰ WITTGENSTEIN *apud* FOGELIN, 1994, p.10

comum que, afinal, pode ser tão dogmático quanto qualquer doutrina filosófica. Em todas as suas declarações, o cético permanece numa postura não-dogmática, não afirmando ser verdade sequer aquilo que se impõe irresistivelmente a ele.

O cético neopirrônico, para Oswaldo Porchat tanto quanto para Robert Fogelin, mantêm basicamente os mesmos traços distintivos do adepto do pirronismo antigo como descrito e defendido por Sextus Empiricus. Se há aproximações com a filosofia analítica, principalmente com as teses de Wittgenstein, é somente na medida em que estas desafiam e questionam os modos clássicos de investigação filosófica e as pretensões tradicionais dos filósofos de ultrapassarem o modo comum de expressão. O pirrônico, por seu turno, não subscreve qualquer elevação do senso comum e de suas crenças como critério de verdade. A concordância dos defensores e proponentes contemporâneos do pirronismo com a imagem do cético antigo indicam que se pode formar, até certa medida, um conceito geral do que é o ceticismo. E a tarefa da próxima seção é, a partir do estudo histórico realizado até aqui, definir e explicitar esse conceito de ceticismo que será utilizado no próximo capítulo.

3.5.

O conceito de ceticismo

O estudo histórico até aqui empreendido, longe de ser exaustivo em seus resultados, pretendeu fornecer as bases para uma caracterização adequada do conceito de ceticismo. É evidente, no entanto, que essa caracterização não estará imune a desacordos e críticas, dada a variedade polissêmica que governou o uso desse termo no passado e ainda no presente. Com efeito, o conceito que se vai explicitar aqui é também fruto de uma escolha e de certa compreensão prévia de sua natureza.

Há, no mínimo, duas questões cruciais para todo aquele que pretende estudar o ceticismo, a saber, determinar o que é o ceticismo e avaliar sua aplicabilidade teórica. A segunda questão é, em larga medida, determinada pela primeira. Dependendo do conceito de ceticismo utilizado, a resposta pode se tornar mais ou menos evidente. E para responder à primeira questão não parece haver outro método senão realizar uma investigação histórica, traçando as origens das ideias e dos modos

céticos e suas modificações durante o tempo e comparando os resultados com as suas possíveis expressões contemporâneas.

O trabalho assim empreendido se rege por um esforço exegético de tentar encontrar a interpretação e a expressão corretas das ideias e teses dessas correntes filosóficas. Em outras palavras, tratando do ceticismo antigo, por exemplo, é necessário antes de tudo compreender corretamente o que foi o ceticismo grego. Essa tarefa foi por muito tempo dificultada pela ausência dos textos céticos no ocidente, bem como por seu relativo desconhecimento durante quase toda modernidade. Não parece haver dúvida de que a caracterização do ceticismo foi por muito tempo um terreno pantanoso no qual não poucos filósofos, talentosos ou não, afundaram definitivamente.

Não obstante, o próprio ceticismo oferece, independentemente de todas as dificuldades históricas já citadas, um obstáculo que se poderia chamar de *sui generis*. A reiterada recusa dos céticos em apoiar qualquer doutrina de seu tempo e sua constante crítica das teses dessas mesmas doutrinas, tornava imensamente difícil a tarefa de sua caracterização teórica. Se tudo o que se conhece de um filósofo é sua constante negação da validade de todas as teorias alheias que se lhe apresentam, pouco ou nada poderá ser dito sobre ele além dessas mesmas negações. Não é um dado destituído de significado a anedota segundo a qual Clitômato, discípulo de Carnéades, não sabia dizer no que o mestre acreditava. O cético parece então um personagem esquivo, destituído mesmo de uma natureza e de uma voz própria, do qual a única coisa que pode ser afirmada com certeza é, ironicamente, sua dúvida acerca de todas as coisas.

As pesquisas acadêmicas sobre o ceticismo helenístico, bem como a afirmação de um neopirronismo por parte de alguns pensadores contemporâneos, facilitaram a tarefa de caracterização do ceticismo. É possível hoje, graças a esses estudos histórico-filosóficos, conceber com mais clareza o que era o ceticismo na antiguidade clássica e apontar suas vantagens e limites a partir de uma perspectiva teórica hodierna. Essas vantagens não impedem, obviamente, que dúvidas e discordâncias ainda existam entre os estudiosos, defensores e adversários do ceticismo.

A segunda questão, acerca da aplicabilidade do ceticismo, ou em outros termos, se é possível viver de acordo com o modo de vida cético, parece ainda ser uma questão em aberto entre os estudiosos. Diversos pontos do pirronismo são ainda obscuros ou controversos e são fortemente questionados tanto por seus exegetas quanto por seus adversários. Embora este capítulo não seja dedicado a dar uma resposta definitiva a esse problema, alguns comentários devem ser feitos aqui e alhures. Entretanto, para que haja clareza sobre os principais pontos de discórdia, é necessário antes responder à questão central deste capítulo, aquela do conceito de ceticismo.

É certo que, na maioria das vezes, quando algum pensador é acusado de ceticismo, o que se quer expressar com esse termo é a reprovação de uma postura teórica de dúvida universal acerca de toda e qualquer pretensão de conhecimento. Pode-se dizer que o cético nesse caso é um dogmático negativo, alguém que, de antemão, nega a possibilidade de se conhecer qualquer coisa sob qualquer aspecto. Em geral, essa posição hiperbólica não é mais do que uma caricatura ou recurso erístico e retórico que tem como objetivo principal desmoralizar o oponente atribuindo-lhe uma tese evidentemente contraditória. Tal gênero de cético estaria no rol das posições filosóficas absurdas, juntamente com o solipsista radical que protesta contra o descaso com que suas ideias são recebidas no meio acadêmico.

A postura mais próxima desse cético hiperbólico seria aquela do ceticismo acadêmico de Arcesilau e Carnéades. Entretanto, o acadêmico duvidava da possibilidade de conhecimento segundo os termos e pretensões dos filósofos dogmáticos, ou seja, um conhecimento certo da natureza última das coisas. Em contrapartida, Carnéades defendia que algum conhecimento era possível, embora de caráter meramente provável e tentativo. Além disso, sua filosofia fornecia diversos critérios para a aceitabilidade das percepções. Na verdade, os acadêmicos ficaram conhecidos como dogmáticos negativos devido à crítica que lhes fizeram os pirrônicos, acusando-os de afirmarem contraditoriamente a impossibilidade de conhecimento.

É a consciência de que o maior problema para todo ceticismo é a auto-refutação que se segue logicamente da negação de qualquer conhecimento que faz com que os cétricos pirrônicos assumam uma postura suspensiva inclusive com

relação ao que se pode ou não conhecer. Como na descrição de Sextus Empiricus, o cético será aquele que suspende o juízo sobre a verdade daquilo que se impõe a ele como fenômeno naquele momento. Como assevera Oswaldo Porchat:

(...) a *epokhé* pirrônica é sempre particular, ela diz respeito a uma proposição ou doutrina dogmática específica sob consideração no momento, ela jamais diz respeito ao conjunto das proposições ou doutrinas de tal tipo ou qual tipo. Cuidando por não incorrer, ele próprio, no dogmatismo que denuncia, o máximo que pode o cético dizer acerca das proposições dogmáticas é que até tal momento foi sempre levado à suspensão de juízo com relação àquelas sobre que se debruçou, devido à equipolência das razões que se podiam aduzir a seu favor e contra elas.⁸¹

Ao contrário do dogmatismo negativo dos acadêmicos, a suspensão pirrônica atinge somente aquelas matérias que estejam em discussão, e para as quais se tenham encontrado razões opostas e equipolentes, impedindo assim qualquer decisão em favor de alguma delas. Dessa forma, o pirronismo não pretende se tornar uma teoria sobre a incapacidade humana de conhecimento, o que seria contraditório e dogmático, mas a expressão de um estado de espírito no qual se encontra momentaneamente aquele que investiga um objeto e se vê incapaz de decidir sobre sua verdade diante de teses opostas e de força idêntica. A suspensão não vem antes da investigação, mas após seu empreendimento e não se configura como algo que se “deva” praticar, mas como algo que se impõe ao investigador como resultado, ou melhor, como ausência de resultado, de seu trabalho.

Aquilo sobre o qual se suspende o juízo é o caráter afirmativo de qualquer crença, asserção ou tese, filosófica ou não. Quando o investigador se encontra num estado de suspensão do juízo com relação a algum objeto de estudo, é sobre a pretensão de verdade, “de dizer as coisas como elas são”⁸², que paira a indecisão. O cético não consegue (não porque não quer, mas porque não pode, está impedido de) decidir sobre a verdade daquilo sob investigação. Ele se encontra submetido à impossibilidade da decisão ao termo de seu empreendimento investigativo e nada garante que, numa segunda tentativa, ele alcance um resultado positivo.

⁸¹ PORCHAT, 1994, p.73

⁸² PORCHAT, 1994, p.74

E se há algo característico do cético, esse algo é a passividade. O pirrônico é passivo na suspensão, pois esta não é um ato de vontade, mas um estado de espírito que lhe possui ao fim de uma investigação para a qual respostas equipolentes e opostas são as únicas opções. É passivo na direção da sua vida, pois sua regra é agir segundo o que lhe aparece, ou seja, segundo aquilo que se lhe impõe como fenômeno, sejam as necessidades naturais, as leis e costumes de sua comunidade ou os ditames de sua profissão. O que distingue o cético de todos os outros homens que obedecem às mesmas necessidades, leis e ditames e que agem exteriormente da mesma forma é sua postura não-dogmática com relação a esses fenômenos, ou seja, o estado de espírito suspensivo que lhe domina internamente.

Assim, toda a definição de pirronismo que se queira formular deve necessariamente explicitar o caráter de passividade no qual o cético se encontra. Ainda quando usa frases e sentenças declarativas, ou mesmo termos tradicionalmente filosóficos, o cético o faz de forma não-dogmática, ou seja, apenas anuncia “o que aparece a ele com relação às matérias em questão, não fazendo qualquer declaração confiante, mas somente explicitando seu estado mental.”⁸³ O cético não rejeita aquilo pelo qual ele é levado involuntariamente a dar assentimento “de acordo com impressões afetantes”.⁸⁴ Seu critério de ação é justamente o fenômeno, o que aparece, o que está além de qualquer discussão teórica sobre verdade e natureza última e que se impõe a ele naquele momento específico.⁸⁵

Diante do exposto até aqui, parece ser possível afirmar a existência de pelo menos dois tipos de ceticismo. O primeiro é o dogmatismo negativo segundo o qual nenhum conhecimento verdadeiro acerca de qualquer assunto pode ser obtido, uma vez que não existem critérios absolutos de julgamento. O conhecimento será então de cunho meramente tentativo e provável. Essa caracterização se aproxima do espírito das teses do ceticismo acadêmico de Arcesilau e Carnéades que julgavam impossível a obtenção de um conhecimento certo da natureza última das coisas, pretensão característica das escolas dogmáticas de seu tempo.

O segundo tipo de cético difere do primeiro pela recusa em afirmar a tese da impossibilidade de conhecimento seguro, limitando-se explicitar o estado de espírito

⁸³ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p.117

⁸⁴ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p. 19

⁸⁵ IDEM, 1967, p.17

suspensivo que lhe possuiu após a investigação de uma matéria qualquer na qual a decisão parece impossível pela equivalência das respostas opostas. Ele não pretende defender nenhuma tese ou teoria, negativa ou afirmativa, com relação ao conhecimento ou ao critério deste, mas somente dar testemunho de sua incapacidade, até o momento, de encontrar respostas seguras para tais questões. E qualquer declaração sua deve ser lida à luz dessa mesma suspensão.

A descrição acima se encaixa nas descrições que Sextus Empiricus faz do cético pirrônico antigo e nas de Oswaldo Porchat sobre o neopirrônico da atualidade. O pirrônico pode então ser definido como aquele que, diante da oposição equipolente das respostas hauridas ao fim de uma investigação qualquer, naquele momento, encontra-se em estado suspensivo e que, como regra de ação, adere de forma não-dogmática ao que irresistivelmente se impõe a ele pelos fenômenos. Essa será a definição utilizada doravante nesta tese quando houver menção ao conceito de pirrônico.

Não obstante, algumas questões sobre o pirronismo permanecem válidas. Um dos maiores problemas apontados amiúde pelos críticos é o de uma definição clara de “fenômeno” no contexto do ceticismo. Sextus identifica o fenômeno, em geral, como “o que aparece” ao cético e para o qual ele se encontra inelutavelmente inclinado a assentir e usa por vezes termos como “impressões”⁸⁶ ou “o que se apresenta de modo sensível”⁸⁷. Alhures, Sextus afirma que os céticos não rejeitam as impressões sensíveis as quais impelem ao seu assentimento involuntário e que estas são o que aparece dos objetos, e essas aparências são irrecusáveis, não carregando em si nenhuma questão acerca da constituição verdadeira desses mesmos objetos.⁸⁸ Nesse último caso, as aparências são esclarecidas de modo negativo, pelo que elas não são, ou seja, pela ausência de qualquer caráter explicativo ou afirmativo com relação à natureza daquilo que se impõe imediatamente.

As aparências e a suspensão do juízo estão intimamente ligadas e parecem, em alguma medida, se esclarecer mutuamente. A suspensão se aplica a toda tese ou opinião que pretenda dizer a verdade daquilo sob investigação. Oswaldo Porchat, em resposta ao questionamento dos críticos acerca do alcance possível da suspensão,

⁸⁶ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p.11

⁸⁷ IDEM, 1967, p.17

⁸⁸ IBIDEM, 1967, p.15

afirma que “o que entra em pauta na problemática da *epokhé* é tão-somente o caráter tético ou não-tético do discurso, não a sua origem, se filosófica ou não filosófica”.⁸⁹ Seja o discurso do homem comum, leigo nas tecnicidades da filosofia ou da ciência, seja o discurso sutil do filósofo ou do cientista, todos estão sob o manto da suspensão na medida em que pretendem afirmar alguma verdade peremptória sobre o mundo.

(...) o que cai sob o escopo da suspensão cética do juízo é o discurso que se quer expressão da Verdade, veículo da apreensão do Real, instrumento do Conhecimento. Que se propõe a transcender nossa vivência imediata do mundo da experiência cotidiana. Esse é o discurso que se torna objeto da *diaphonia* das doutrinas, do conflito infindável e indecível das interpretações.⁹⁰

Os fenômenos, aos quais o cético é impelido irresistivelmente a assentir, estão no âmbito da “vivência imediata do mundo da experiência cotidiana”. Para Porchat, essas aparências abrangem inclusive as impressões comuns de que os objetos permanecem os mesmos quando não percebidos por ninguém ou de que há outras mentes. Uma vez que essas crenças parecem se impor naturalmente, sem que nenhuma tentativa de propô-las como teses verdadeiras seja feita, elas podem ser tomadas como impressões imediatas.

Agir de forma não-dogmática é se ater às aparências e as aparências são justamente crenças não-dogmáticas. Se “o que aparece”, o fenômeno, é o não-tético, é possível perguntar se o não-tético é o fenômeno. Em outras palavras, se todas as aparências são impressões cotidianas e imediatas sem caráter tético, tudo aquilo o que é não-tético será impressão cotidiana e imediata? Outra questão possível, intimamente ligada à anterior, é a da possibilidade de se traçar uma linha clara entre o discurso com pretensão de verdade e discurso suspensivo. Quando a impressão cotidiana, por exemplo, deixa de ser não-dogmática e passa a conter pretensão de verdade ou, dito de outro modo, quando se passa da aparência para o dogma?

O exemplo dado por Hume do cético que duvida da existência do mundo externo em seu escritório de trabalho, mas que imediatamente após sua saída desse recinto retoma suas crenças no mundo externo (as mesmas acalentadas pelo mais comum dos homens), pode talvez fornecer uma pista para essa questão. Tal cético, na

⁸⁹ PORCHAT, 1994, p.74

⁹⁰ IDEM, 1994, p.74

vida comum, age da mesma forma que agiria alguém convicto da existência do mundo. E de fato, naquele momento, ele não duvida de nada conscientemente. No exemplo humeano, o cético, de certa forma, esquece de suas dúvidas e age, por assim dizer, automaticamente, inconsciente de qualquer questão sobre o mundo externo.

Talvez então se possa dizer que, na medida em que um homem age no mundo de forma inconsciente e automática, ele esteja agindo de forma não-dogmática. Ele é impelido pelas reações naturais do corpo e da mente às situações impostas pelo cotidiano da vida comum. Se perguntado sobre a existência do mundo, o mesmo homem que até ali agira independente de qualquer consideração tética, no momento exato em que pretendesse responder a essa questão com algum grau de pretensão teórica à verdade, já estaria afastado das meras aparências.

Tal interpretação pareceria estar de acordo com pelo menos um dos pontos da regra geral de ação cética descrita por Sextus Empiricus: o acordo com a Natureza. O exemplo dado pelo compilador grego é o da sede e da fome. Se o cético sente fome, ele não questionará essa sensação e irá comer e se estiver com sede, beberá água igual a qualquer homem. Ele então é impelido pelas reações naturais do corpo e não há motivo para não se admitir que ele o faça sem mesmo considerar questões céticas. Nessa situação, o cético age automaticamente, sem estar conscientemente agindo de acordo com a “regra de ação cética”, impulsionado somente pelas reações do próprio corpo.

Se essa interpretação é possível no caso descrito acima, ela se torna um tanto menos convincente quando se passa para os outros casos da regra de ação cética. Com relação às leis e costumes da sociedade onde o pirrônico vive, o automatismo parece não se aplicar. Obviamente, nem todos os comportamentos de acordo com os costumes e leis são realizados conscientemente. Não atravessar a rua com o sinal verde para os carros parece não necessitar de uma decisão consciente do tipo “de acordo com a regra X não se deve fazer Y em situações Z” e pode perfeitamente ser deixada a cargo do automatismo inconsciente. Nem parece ser necessária uma decisão filosófica ou teórica para saber como cumprimentar outras pessoas segundo o costume da sociedade em que se vive.

A situação é diversa quando as leis e costumes exigem decisões conscientes dos agentes. Se a lei de uma sociedade demanda ações que, de alguma forma,

suscitam questões éticas ou mesmo práticas, a ação automática será vetada ao cético. O mesmo se dá com relação às regras da profissão. Mas se a interpretação automatista da ação não-dogmática do cético revela-se questionável, o problema dos limites da suspensão permanece sem uma resposta isenta de obscuridades. Aparentemente, se quiser responder a essa questão e outras a ela ligadas, o pirrônico terá de ir além do que gostaria na seara da discussão teórica.

A vida segundo as aparências se configura como essencial para o pirronismo porque essa regra permite que o cético se afaste dos perigos da inação e da autocontradição. Se não há um entendimento claro sobre o que são as aparências, então a própria possibilidade do ceticismo como modo de vida fica comprometida. Como Miles Burnyeat aponta em um de seus estudos sobre o ceticismo, em vários momentos Sextus parece incluir no conjunto das aparências não somente as impressões sensíveis, mas também algumas “proposições filosóficas” do tipo “alegações contrárias têm o mesmo peso”.⁹¹ Essa inclusão seria, na realidade, uma manobra para evitar a acusação de que o pirrônico, ao fim, acredita em algumas teses filosóficas, nem que sejam regras argumentativas e lógicas.

Ora, de acordo com Burnyeat, Sextus estaria tentando aplicar a distinção entre assentimento e impressão presente no caso das aparências sensíveis, ao conjunto dessas “proposições filosóficas”. Entretanto, se essa distinção é sustentável no primeiro caso, no segundo ela é problemática. É possível ter uma impressão sensível e se guiar por ela sem necessariamente assentir com a ideia de que o real é de fato como aparece. Mas não parece sustentável a tese de que é possível que alguém seja “impressionado” pelo sentimento de adequação argumentativa sem necessariamente assentir com a verdade do argumento. Nesse caso, “a impressão, quando tudo é dito e acabado, simplesmente é meu assentimento à conclusão de um argumento, assentimento à sua verdade.”⁹²

O cético de Burnyeat parece ser obrigado a crer em mais coisas do que gostaria de admitir. Contudo, há algumas passagens de Sextus e de outros céticos que podem levar a crer também na existência de uma filosofia negativa entre os pirrônicos. Nas *Hipotiposes*, o compilador grego declara que o princípio básico do sistema cético é aquele de opor a cada proposição uma proposição contrária, pois o

⁹¹ BURNYEAT, 1980, p. 52

⁹² BURNYEAT, 1980, p. 53

cético acredita que por meio dessa estratégia se chega ao fim do dogmatismo.⁹³ Não é difícil de perceber o problema aqui implicado. Com essa declaração, Sextus parece estar enunciando uma crença positiva num método de argumentação que, ao fim e ao cabo, evidenciaria a total impossibilidade de um conhecimento certo do mundo. E se for assim, o cético pirrônico não é muito diferente do acadêmico e não escapará à contradição.

A resposta de Sextus a tal acusação também não é difícil de imaginar. Ela consistiria basicamente na advertência de que o cético, mesmo quando usa termos e fórmulas declarativas, não quer mais do que expor seu estado mental, sua impressão até o momento sobre o objeto em questão. De forma análoga, o método de oposição de proposições propugnado se encaixa no exemplo dado por Sextus, já citado anteriormente, do pintor Apelles que conseguiu o efeito que desejava por mero acaso e não por meio de técnicas. Se alguém certa vez, por opor uma proposição à outra contrária, foi tomado pela suspensão e alcançou daí a tranquilidade, então é admissível ter a esperança de que talvez isso se dê outras vezes pelo uso do mesmo procedimento.

O arsenal cético, diligentemente compilado por Sextus Empiricus, serviria justamente para fornecer ao investigador os instrumentos para a tentativa de repetição daquela feliz coincidência que agraciou a Apelles. Todo o exemplo ou comparação tem limites, e o exemplo de Apelles evidencia os limites da resposta de Sextus. O acaso feliz pode ter tornado possível a realização daquilo que a técnica não foi capaz, mas certamente o pintor grego não cogitaria, daquele momento em diante, suspender o uso da técnica em favor do uso do lançamento de esponjas. Há uma grande diferença entre um acaso feliz e a defesa de um princípio. A existência do primeiro não dá sustentação alguma para o segundo.

É problemático pensar que o ceticismo deseje estar baseado na possibilidade de um acaso. Se assim for, ele perde força drasticamente e o pirronismo não será mais do que o nome de uma curiosa experiência casual e momentânea experimentada por alguns indivíduos situados em certos contextos bem determinados. Não obstante, ainda que o ceticismo não se apóie no acaso, suas ideias de que o cético não diz mais nada além de seu estado de espírito ao fim de uma investigação e de que a ausência

⁹³ SEXTUS EMPIRICUS, 1967, p. 9

de um critério de verdade é somente o enunciado da sua situação até o momento, parecem conduzir o pirronismo a uma posição totalmente inócua. Se o cético nada diz de positivo e se limita a anunciar seu insucesso momentâneo em encontrar respostas e sua disposição de continuá-las buscando, então a suspensão do juízo diante de aporias não será nada além de um bom conselho de prudência filosófica.

Assim, o pirrônico parece se encontrar em um dilema. Para não ser inócua, necessita dizer algo positivo. Se o fizer, entra no rol das doutrinas filosóficas e estará sujeito a infundáveis polêmicas e disputas. Se quiser permanecer no ceticismo, deverá limitá-lo por argumentos a um campo bem determinado ou cair na contradição do dogmatismo negativo.

Há que salientar que a questão da possibilidade do ceticismo como modo de vida contém ainda muitos aspectos que não são tratados aqui. Fornecer uma resposta adequada a essa pergunta não faz parte dos objetivos deste capítulo, bastando para os seus intentos definir um conceito de ceticismo que esteja o mais próximo possível, dentro das limitações já assinaladas alhures, das feições históricas do ceticismo grego e de suas configurações contemporâneas. Obviamente, essa definição terá um caráter tentativo, uma vez que se trata, ela também, de uma interpretação do ceticismo antigo e contemporâneo e estará sujeita, portanto, a divergências teóricas. No entanto, uma investigação desse teor era necessária para a resolução da questão central postulada no início desta tese.